INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A influência Político-social da maçonaria na República Velha (1910-1917) em Portugal.

Francisco José Sobral Torres Correia de Almeida

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador(a):
Doutor Paulo Teodoro de Matos, Professor Auxiliar,
Departamento de História
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

A influência Político-Social da maçonaria na República Velha (1910-1917) em Portugal.

Francisco José Sobral Torres Correia de Almeida

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador(a):
Doutor Paulo Teodoro de Matos, Professor Auxiliar,
Departamento de História
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

Agradecimentos

O começo de algo é, por vezes, a etapa mais difícil de uma jornada e neste caso, “Partir Pedra” num tema tão rico, amplo e enigmático tornou-se, definitivamente, a altura mais desafiante da formulação desta tese. Gostaria de agradecer a todos os colaboradores do Grémio Lusitano pelo tempo disponibilizado, em especial a arquivista Helena Serpa.

Ao meu orientador Professor Doutor Paulo Teodoro de Matos pelo tempo dedicado, os conhecimentos partilhados sobre os diversos temas que compõem esta tese, o modo de busca de fontes primárias e bibliografias e pelas inúmeras reuniões que tivemos.

Quero agradecer aos meus amigos e colegas, com quem tive o prazer de dedicar horas de estudo no ISCTE, tempo esse que foi essencial para a minha pesquisa bibliográfica e redação da tese. Quando nada fazia sentido, vocês estiveram lá para mostrar que era possível. Obrigado Madalena e Fabian por darem aquilo que é mais precioso na vida, tempo.

E por fim, o maior agradecimento vai para todos os que estiveram a dar-me apoio emocional do início ao fim, à minha mãe ao meu pai, a minha avó Vanda e à minha namorada Djamila. É uma honra poder partilhar conquistas com quem mais amamos.

Resumo

Esta dissertação procura contribuir para o conhecimento científico sobre o papel da maçonaria na República Velha. Pretende analisar a participação do GOLU na implantação da República e a sua influência perante os órgãos governativos.

Para encontrar esses resultados foi necessário usar como fonte primária os Boletins Oficiais que se encontram na Biblioteca do Grémio Lusitano, jornais e Autobiografias.

As conclusões a serem extraídas sobre o contributo da maçonaria neste período denso são diversas. Em primeiro lugar a maçonaria teve um papel ativo na Implantação da República, através da distribuição de propaganda afeta aos ideais Republicanos, e na participação ativa do 5 de Outubro através dos seus membros e das respetivas lojas. Semelhante processo ocorreu no 14 de Maio, com a destituição de Pimenta de Castro.

Perante tais eventos o espectável seria uma forte participação da obediência nos cargos de poder da nação, porém, nada poderia estar mais longe da verdade. A esmagadora maioria dos seus membros que exerciam funções como senadores e deputados prezavam pelos interesses pessoais e partidários, deixando os restantes irmãos abandonados à sua sorte, demonstrando não existir união entre os obreiros.

Em suma, existem fortes indícios de que se os irmãos pertencentes à maçonaria tivessem adotado uma política em prol da mesma esta poderia ter tido um impacto considerável sobre os destinos de Portugal. Como tal não aconteceu, a sua influência limitou-se ao campo intelectual, propagando ideias que estavam de acordo com a visão das Elites Republicanas, porém, o seu contributo não deve ser descurado.

Palavras Chave: Maçonaria; República Velha; Portugal; Anticlericalismo.

Abstract

This dissertation seeks to contribute to the scientific understanding of the role of Freemasonry during the First Portuguese Republic. It aims to analyse the participation of the GOLU (Grande Oriente Lusitano Unido) in the establishment of the Republic and its influence over governmental bodies.

To achieve these results, primary sources such as the *Boletins Oficiais* preserved in *Biblioteca do Grémio Lusitano*, newspapers, and autobiographies were used.

The conclusions drawn regarding the contribution of Freemasonry during this complex period are varied. Firstly, Freemasonry played an active role in the establishment of the Republic, through the dissemination of propaganda supporting Republican ideals and through the participation of its members and lodges in the events of 5 October. A similar process occurred on 14 May, with the removal of Pimenta de Castro.

In light of these events, one might expect a strong presence of the Order within nation's centres of power; however, nothing could be further from the truth. The vast majority of its members who served as senators or deputies pursued personal and party interests, leaving their fellow brothers to their fate, thereby demonstrating a lack of unity among the brethren.

In summary, there are strong indications that, had the Masonic brethren adopted a policy in favour of the Order itself, Freemasonry could have had significant impact on Portugal's political course. As this did not occur, its influence was largely confined to the intellectual sphere, spreading ideas aligned with the vision of the Republican elites. Nevertheless, its contribution should not be overlooked.

Keywords: Freemasonry; Old Republic; Portugal; Anticlericalism

Índice

Agradecimentos iii
Resumo v
Abstract vi
Índice ix
Abreviaturas e Definições x
Introdução 1
Capítulo I- Estado da Arte e Problemática 3
Capítulo II- Contextualização Histórica 9
A Criação do Partido Republicano 9
O papel da imprensa na propaganda Republicana 11
O Pensamento Liberal na maçonaria 13
A influência do positivismo 14
A Revolta de 1891 e as suas consequências 15
A Mudança dentro da maçonaria 18
A ação da maçonaria em prol da República 19
Os Obreiros 23
Capítulo III- A influência política da maçonaria no Partido Republicano Português 25
Capítulo IV- A Lei da Separação do Estado e das Igrejas e o Anticlericalismo 37
Capítulo V- A Relação entre o GOLU e o Partido Democrático 50
Conclusão 60
Referências 64
Anexo 1 70

Abreviaturas e Definições [1]

Assembleia Maçónica: Nome dado a qualquer reunião informal de maçons.

Boletim Oficial: Publicação periódica mensal do Grande Oriente Lusitano Unido. 7ª Série *

Conselho da Ordem: Órgão administrativo executivo do Grande Oriente Lusitano Unido

GOLU: Grande Oriente Lusitano Unido

Grande Conselho: Nome dado as lojas dos Graus 16 e 17

Grande Dieta: Corpo Legislativo principal

Grão-Mestre: Chefe de uma obediência simbólica.

Grau: Elemento da escala ascendente que o maçon inicia quando lhe é dada a luz. Na Maçonaria Simbólica os graus são 3, no Rito Francês 7, no Rito Escocês Antigo e Aceite são 33.

Loja: Local, ritualmente preparado onde se reúnem os maçons.

Obediência: Potência maçónica, formada pela associação de três ou mais lojas simbólicas.

Obreiro: O mesmo que maçon.

Oficina: Célula ou agrupamento de base de toda a maçonaria. A oficina pode ser uma loja ou um triângulo consoante o número mínimo dos seus componentes e a forma da sua organização.

Profano: Todo o indivíduo ou toda a coisa que não pertença a Maçonaria.

PRP: Partido Republicano Português.

SCG33: Supremo Conselho Grau 33.

Supremo Conselho: É o órgão máximo do Rito Escocês Antigo e Aceite, com plenos poderes para dirigir e regulamentar esse rito. É constituído por um mínimo de 9 um máximo de 33 membros vitalícios, por ele escolhidos por unanimidade entre os decorados com grau 33.

Triângulo: Oficina composta de 3 a 6 maçons três dos quais, pelo menos, decorados com o grau de Mestre

[1] Definições retiradas de: Oliveira Marques, A. H. (1986). "Dicionário de Maçonaria Portuguesa". Vol I (A-I). Editorial Delta.

Oliveira Marques, A. H. (1986). "Dicionário de Maçonaria Portuguesa". Vol II (J-Z). Editorial Delta.

Introdução

É geralmente sabida a forte influência da maçonaria na matriz ideológica da I República seja pelo planeamento do 5 de Outubro, seja pelos sucessivos governos da Primeira República serem compostos na sua maioria por ministros, senadores e deputados maçons. Porém este tema não tem sido estudado de forma sistemática, quer pelo vasto conteúdo ainda por explorar relativo à Primeira República, quer pelo conteúdo ainda por desbravar sobre a própria maçonaria. Os meios usados pela maçonaria para exercer pressão junto do poder político fizeram-se sentir de várias formas. Contrariamente ao expectável, os membros do governo que pertenciam à maçonaria pouco fizeram pela obediência, tendo a influência política da ordem sido exercida através da utilização de uma parte significativa da imprensa que era controlada por maçons. Estes jornais de teor político eram direcionados a população que sabia ler e escrever, ou seja, na sua maioria ao eleitorado português. As associações civis, também foram um instrumento importante usado pela maçonaria, nomeadamente a Associação Promotora do Registo Civil e a Associação Liberal, por defenderem causas que se alinhavam com os interesses ideológicos do Grande Oriente Lusitano Unido (doravante GOLU) e por estarem presentes em certos momentos críticos como a manifestação de 2 de Agosto de 1909.

O Grande Oriente Lusitano Unido (GOLU), ganhou essa designação a 30 de Setembro de 1869, quando foi aprovada uma proposta de junção do Grande Oriente Lusitano e o Grande Oriente Português, dando origem ao Grande Oriente Lusitano Unido. A 19 de Outubro o GOLU já se assumia como o único poder maçónico legal em Portugal, algo que fica patente na sua nova constituição de 1871. Por fim, a 23 de Março de 1872 a Grande Loja Provincial do Rito Irlandês, foi integrada no GOLU, através de um tratado de junção assinado no Palácio Maçónico (Ventura, 2020, pp.172-186). Estava assim concluída a unificação da maçonaria em Portugal.

É importante estudar este tema devido à complexidade do cenário político da I República, por ser um período denso da nossa história. Em apenas 16 anos existiram 45 governos, sendo a sua maioria de curta duração, mesmo os executivos que se equiparam a ditaduras, nomeadamente os de Pimenta de Castro e Sidónio Pais, que não excederam um ano de governação. A maçonaria foi possivelmente o grupo mais ativo nestes primeiros anos da República, sendo de suma importância analisar o papel desta organização, bem como proceder ao seu enquadramento, o que inevitavelmente levanta algumas perguntas: De que modo se caracterizava a maçonaria. Por ser apenas um grupo restrito que congregava vários intelectuais,

que conjeturavam sobre o futuro da nação? Ou se pelo contrário, a maçonaria se constituía como um grupo de pressão que controlava os bastidores da política portuguesa na Primeira República? Existem muitas especulações e questionamentos sobre o passado desta organização devido ao seu carácter secreto. Mas a pergunta mais importante que deve ser levantada é relativa ao modo como a maçonaria influenciou a intelectualidade portuguesa, e como isso acabou por alterar a atuação da Primeira República Portuguesa. Por conseguinte, é importante dar a conhecer o papel da maçonaria na nossa história. Como tal, este trabalho vem sobretudo contribuir para o conhecimento em torno deste tema, sobre uma perspetiva de quem vê a maçonaria de fora.

De modo a dar a conhecer o papel desempenhado pela maçonaria, esta tese estrutura-se através de cinco capítulos, sendo o primeiro composto pelo Estado da Arte e a problemática, o segundo pela contextualização histórica e os restantes três constituem o desenvolvimento da temática. Assim o terceiro capítulo: "A influência Política da maçonaria no Partido Republicano Português", aborda o modo como foi estruturada a relação entre a maçonaria e o Partido Republicano Português. O GOLU começou a fazer esforços no sentido de tornar viável a adoção de um regime republicano logo a partir de 1907. Tal só foi possível através do seu Grão-Mestre Sebastião Magalhães Lima, que adotou uma política de promoção da República dentro da obediência e que usou a sua rede de contactos para promover a mesma quer a nível nacional através da propaganda veiculada pela imprensa, quer a nível internacional pelas sucessivas viagens ao estrangeiro. Após o 5 de Outubro a maçonaria foi beneficiada pelos republicanos, em detrimento do clero, o que se justifica pelo seu direto envolvimento na revolução. Deu-se igualmente o aumento exponencial da ordem. É por isso necessário analisar como esse processo se originou, se foram realizadas todas as cedências a obediência, ou se pelo contrário foi dada uma pequena parte do que a maçonaria considerava essencial.

Um dos objetivos deste capítulo é o de compreender como a maçonaria congregou tanta influência junto dos parlamentares. Para tal será analisado o seu papel na revolução de 5 de Outubro, as ligações já existentes da maçonaria com o Partido Republicano e os resultados que esta influência produziu. Outro objetivo passa por analisar o papel da imprensa na vida política da República Velha, e como a mesma foi usada pelo Partido Republicano e pela maçonaria de modo a fazer propaganda do regime e por conseguinte de ideias liberais e anticlericais. Por fim, este capítulo visa perceber como os próprios maçons viam as mudanças que se estavam a operacionalizar dentro do país e da própria maçonaria.

No capítulo: “A Lei da Separação do Estado e das Igrejas e o Anti-Clericalismo”, aborda-se a forma como a maçonaria estava relacionada com o Partido Democrata, como se procedeu à luta contra o clero através da legislação aprovada pelos governos da Velha República e que mecanismos foram utilizados. Ainda neste capítulo irá ser brevemente analisado um escândalo ocorrido com a maçonaria francesa em inícios do século XX, de modo a mostrar que o papel desempenhado pelo GOLU na política não foi um evento único. Neste capítulo pretende-se demonstrar que o *modus operandi* da maçonaria na I República se assemelha a um grupo de pressão que atuava com o intuito de conseguir que a legislação pretendida fosse aprovada. Outro objetivo deste capítulo é o de analisar como a maçonaria quis enfraquecer o poder da Igreja em Portugal. Para que tal fosse possível, esta fez uso da imprensa, da criação e controlo de associações e da promoção de legislação junto dos poderes governativos.

Por fim, o capítulo: “A Relação entre o GOLU e o Partido Democrático” irá abordar a falta de solidariedade maçónica presente na própria maçonaria, as críticas feitas ao governo de Pimenta de Castro, o envolvimento da imprensa e da maçonaria na propaganda afeta aos aliados durante a Primeira Guerra Mundial.

O objetivo deste capítulo é perceber de que forma a maçonaria esteve envolvida na queda no 14 de Maio de 1915 e de que forma se beneficiou com isso; de entender o como e o porquê do GOLU ter feito propaganda ativa ao lado dos aliados para que Portugal pudesse combater na Primeira Guerra Mundial, e por fim, mas não menos importante, o que impossibilitou a maçonaria de atingir os seus objetivos a nível político.

Capítulo I- Estado da Arte e Problemática.

A biografia que será usada para a realização da tese respeita ao período que engloba o fim da I República até ao século XXI. Já as fontes primárias correspondem, naturalmente, ao período da I República, com algumas exceções que correspondem a textos produzidos no período da Monarquia Liberal.

Começando pelas fontes primárias, irei usar o Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano, que se encontra no Arquivo do Grande Oriente Lusitano. O período analisado encontra-se entre os anos de 1908 a 1917, para investigar de que forma a maçonaria já se fazia sentir na sociedade portuguesa, ainda no período da Monarquia. No Boletim Oficial está patente a insatisfação com

a falta de união entre os irmãos, a desobediência para com a instituição, o rumo que a mesma está a tomar, as formas de influenciar o pensamento da intelectualidade portuguesa, nomeadamente através de propaganda e o modo como a maçonaria deveria agir perante a política portuguesa. Como tal, esta fonte é imprescindível para a minha investigação. O ano de 1908, marca a conquista da câmara municipal de Lisboa por parte do Partido Republicano, câmara essa que conta com a presença de vereadores maçons. Já as publicações entre 1910 a 1917 mostram de que forma a maçonaria influenciou direta e indiretamente as políticas dos sucessivos governos da República Velha, nomeadamente, através da criação de associações como a Associação do Registo Civil, a Associação da Árvore, ou o Vintém das Escolas.

Outra fonte documental, pauta-se pelo Registo Civil. A Lei da Separação do Estado e da Igreja foi a maior bandeira da maçonaria, antes da Implantação da República e após a mesma. Este tipo de legislação vem na sequência de outras leis que já estavam a trilhar esse caminho, como a Lei do Divórcio, do Casamento e do Registo Civil. De modo a analisar as mesmas foi necessário escrutinar os diários da República referentes aos anos de 1910 e 1911.

Outro conjunto documental usado respeita à imprensa. Os jornais refletem o modo de pensar das classes urbanas portuguesas, onde o nível de literacia era mais elevado. Estes desempenharam um papel importante na criação de um pensamento liberal que contribuiu para a Implantação da República e o funcionamento da mesma. A maçonaria fazia sentir-se pelo elevado número de jornalistas e redatores que faziam parte da obediência. Após a desagregação do Partido Republicano, o Partido Democrático foi quem herdou a máquina de propaganda Republicana, onde se destaca o jornal *O Mundo*, por ser um dos diários mais vendidos de Portugal e assumidamente democrata. Por sua vez, os demais partidos criados também originaram os próprios meios de propaganda, Brito de Camacho fundou o Partido Unionista, que se situava no espectro político oposto aos partidos com representação parlamentar. O jornal *A Luta*, estava associado ao seu partido e será analisado nesta tese, de modo a fazer contraponto às narrativas prorrogadas pelo *O Mundo.* Os jornais monárquicos encontrados neste período tinham uma dimensão reduzida, tanto a nível geográfico por serem de âmbito regional, como cronologicamente, pois se limitavam a pouco mais de um ano, todavia foram usados com a finalidade de analisar o modo como os monárquicos criticavam a governação republicana.

No que respeita às autobiografias, *Os episódios da Minha Vida* de Magalhães Lima, publicado em 1927, será um dos focos da minha pesquisa, por o autor ter ocupado o posto de

grão mestre entre os anos de 1907 a 1928, e pelo seu papel fundamental nas várias visitas que fez ao estrangeiro, ainda antes da República ter sido implantada, destacando-se as viagens realizadas entre 1909 e 1910 a França e a Grã-Bretanha, onde nesta última lhe fora assegurado a prosperidade da República caso fosse implantada. A obra *A História da Franco Maçonaria em Portugal (1733-1912)* escrita por Borges Grainha, enquadra-se como fonte por ter sido publicada em 1912, ano esse que abarca o arco temporal desta pesquisa. Esta obra é mencionada e promovida pelo próprio Boletim Oficial, como sendo "um livro importantíssimo". Apesar de muitos escritos terem sido publicados sobre a História da maçonaria até aos dias de hoje, esta obra continua a ser de significativa relevância.

Durante a época do Estado Novo a maçonaria foi remetida à clandestinidade, e o seu palácio ocupado pela Mocidade Portuguesa. Um dos primeiros autores a escrever sobre a maçonaria no pós-25 de Abril foi A. H. Oliveira Marques. Os *Ensaios de Maçonaria*, 1988, continua a ser uma obra incontornável para os estudiosos desta área. Nesta obra é estabelecida a relação da maçonaria com o regime republicano e o porquê de ter existido um aumento exponencial no número de obreiros após o 5 de outubro, uma vez que muitos indivíduos se aperceberam que ao se juntarem à maçonaria poderiam obter algum tipo de ganho pessoal. Oliveira Marques e Joel Serrão fazem uma análise relevante do papel da Igreja na sociedade portuguesa do século XIX, na obra A *Nova História de Portugal. Volume IX: Portugal e a instauração do Liberalismo* de 1991, onde demonstram o se largo património e até ganhos de poder, nomeadamente pelo regresso dos jesuítas em Portugal, sendo este ilegal, à luz da legislação produzida no governo de Marquês de Pombal.

Rui Ramos dá vida ao sexto volume, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, da História de Portugal dirigida por José Mattoso, argumentando que a luta contra a Igreja se fazia no campo intelectual e também económico, uma vez que esta era protegida pela fidalguia. Já o campo intelectual era dominado pelas classes urbanas, em que os jornais de índole político sobressaiam, principalmente os republicanos. Outra obra importante é a *República Velha* de Vasco Pulido Valente, publicada em 1997. Nela Pulido Valente dá um relato lúcido e detalhado dos eventos do período em questão, realçando a forma como a elite urbana maioritariamente republicana dominava um país rural e católico contrário à sua ideologia, bem como os modos repressivos que usava nas várias lutas políticas.

As obras de António Ventura fornecem uma história aprofundada da maçonaria, em especial *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, de 2020, cuja publicação é a mais completa que se pode encontrar sobre a história da maçonaria. O período que passarei a abordar é referente à republicanização da maçonaria, iniciada ainda no período do Grão-Mestrado de Bernardino Machado (1895-1899), na qual este se vê envolvido no meio de lutas políticas dentro da instituição. Todavia, o capítulo "O lento Caminho da Republicanização" só vai começar em 1900. Este fornece informações valiosas sobre a pertença à maçonaria de várias figuras importantes para o Partido Republicano, dando dados mais concretos, como as lojas maçónicas onde foram iniciados, e à quelas onde foram reconhecidos como membros honorários. Tal permite chegar às figuras de proa da maçonaria que tiveram grande influência na criação dos princípios do Partido Republicano, na propagação das suas ideias, na criação das várias instituições para-maçónicas ligadas ao Partido Republicano, como o "Vintém das Escolas", bem como a partilha de ideias com outros maçons a nível internacional, quer através de conferências, quer através das várias viagens realizadas em representação da maçonaria.

O capítulo "O período Áureo (1910-1914)", vai relatar as mudanças ocorridas logo após o 5 de outubro, destacando-se o crescente número de novas iniciações na maçonaria, por parte de republicanos e a forma como a maçonaria se beneficiou após a revolução. Porém, Ventura argumenta que a maçonaria não tinha tanto poder dentro do Partido Republicano quanto se julgava, o que pode ser visto pelo episódio da Lei de Separação do Estado e das Igrejas e da eleição presidencial de 1911. Outro dado importante materializa-se pelas divisões que começavam a emergir no seio do Partido Republicano e que foram cristalizadas para a maçonaria.

A tensão que existia entre os maçons acabou por desembocar na cisão de 1914, que é tema do capítulo seguinte "A Cisão de 1914 e o Grémio Luso-Escocês". Nesta secção é aborda-se a cisão no seio da maçonaria, embora os irmãos que abandonaram a ordem tivessem descartado motivações políticas, eram claras as divergências entre o GOLU e o SCG33. Fica patente que a maçonaria acabou por ser mais influenciada para política partidária do que vice-versa.

Por fim, os "Anos Tempestuosos" engloba um período de 1915-1925, período esse que abrange a posição do GOLU perante a guerra, e perante a ditadura de Pimenta de Castro. Mais uma vez a maçonaria esteve presente numa revolução, maioritariamente encabeçada por irmãos do GOLU.

Ventura, na obra "Magalhães Lima: Um Idealista Impenitente" de 2011 relata a vida do único homem que ocupou o cargo de Grão-Mestre durante a I República. . A obra descreve a forma como Magalhães Lima atou enquanto líder da maçonaria, a sua breve passagem pelo cenário político português, e a marca que este deixou. Todos estes fatores são de suma importância, nomeadamente no estabelecimento de relações no estrangeiro, facilitado pelos contactos que tinha estabelecido na sua profissão de jornalista, e pelo cargo ocupado no GOLU.

As biografias são úteis ao permitirem analisar a forma como certas personalidades conseguiram alcançar a posições de poder dentro da maçonaria e na política nacional, sobretudo Afonso Costa, Bernardino Machado e Magalhães Lima. Todos tiveram grande influência na política nacional, quer de maneira indireta, através da propaganda, quer diretamente, pela legislação implementada.

Maria Alice Samara, escreveu a obra *Bernardino Machado. Uma vida de Luta,* publicada em 2012. Nela aborda a vida de Bernardino enquanto professor universitário, político, e Grão-Mestre da maçonaria, mas fundamentalmente como estadista, pois trata-se de uma biografia política do mesmo. O artigo de Samara, *A Política Externa e a Política de Defesa: do 5 de Outubro ao Sidonismo* de 2001, aborda a forma com Portugal encarou a Primeira Guerra Mundial, o porquê de se ter juntado ao lado dos aliados e o que motivou os portugueses a intervir em África. Já Castaño no artigo *A Grande Guerra e as relações internacionais de Portugal. Da Monarquia à República,* de 2018 reforça a posição de Afonso Costa ao querer enviar soldados para a Flandres, enquanto Pedro Aires de Oliveira em *Portugal na paz de Versalhes*, de 2018, defende que a elite republicana pretendia obter reconhecimento internacional e participar na conferência de paz, e tal só seria possível participando no cenário de guerra europeu.

Abordar a temática da Primeira Guerra, é essencial, pois a maçonaria exerceu igualmente a sua influência no sentido de fazer com que Portugal fosse para a guerra ao lado dos aliados, com argumentos que se focam essencialmente na luta pela liberdade, democracia e civilização, sendo o adversário natural a Alemanha monárquica e absolutista. Tal é comprovado pela intenção explicita patente no Boletim Oficial de fazer propaganda aos panfletos da Junta Nacional de Propaganda Patriótica, bem como pelos vários discursos de maçons sobre este tópico.

Fernando Catroga aborda a temática da maçonaria em *O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)* de 1988 e *O Republicanismo em Portugal da formação ao 5 de outubro de 1910*, de 1991. Nesta última Catroga argumenta que a criação do PRP foi nos anos 70 do século XIX, sem, porém, revelar nenhuma data específica. A obra pauta-se por uma explicação das várias linhas de pensamento que compunham o Partido Republicano e de como as mesmas foram as impulsionadoras da secularização do Estado. Quanto ao primeiro artigo, vai abordar como o pensamento anticlerical penetrou no seio da intelectualidade portuguesa, particularmente através dos pensadores franceses. Catroga argumenta que o processo de laicização do GOLU começou em 1906, ainda antes da nomeação de Magalhães Lima para Grão-Mestre. Ainda neste artigo Catroga evidência a relação entre a maçonaria e as várias associações que combatiam o poder da Igreja, como a Associação Liberal e a Associação Promotora do Registo Civil.

Quanto ao recorte cronológico, das fontes primárias analisadas, este engloba o período que antecede a República até pouco após o fim da I República, situando-se entre 1907 até 1927, e constituem-se pelos Boletins Oficiais do Grande Oriente Lusitano Unido, outra documentação emitida pelo GOLU como comunicações oficias, jornais, revistas da época e as obras que os próprios maçons escreveram, como o caso de Borges Grainha, em 1912 e Magalhães Lima que redige em 1927 os *Episódios da Minha Vida.* O tema da maçonaria só voltaria a ser abordado em 1977, quando Oliveira Marques dá à estampa *História de Portugal Das revoluções Liberais aos nossos dias,* redige vários parágrafos sobre esta organização e as sociedades secretas. No mesmo ano é publicam-se as *Memórias Políticas* de José Relvas, em que inevitavelmente a temática da maçonaria é abordada por se tratar de uma biografia de um notável republicano que pertenceu à ordem. Uma das explicações para ter existido esse hiato, deve-se ao facto de a maçonaria ter entrado na clandestinidade em 1933, só retomando a sua atividade regular após o 25 de Abril de 1974. Todavia, nenhuma obra relevante que aborde exclusivamente a temática da maçonaria fora publicada entre 1974 e 1986, mais de uma década de funcionamento ativo da obediência. Nos anos oitenta destacam-se as obras de Oliveira Marques, que em 1986 publica o *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, sendo este historiador o principal percursor do estudo sobre a maçonaria em Portugal. No século XXI os trabalhos sobre a República voltam a ganhar relevância, devido ao centenário da mesma. E é já neste século que podemos encontrar as obras mais recentes de António Ventura.

Algo que fica patente pela pesquisa da bibliografia, é o facto de esta ser composta, quase exclusivamente por maçons, e quando não, o investigador apenas parece mencionar factos superficiais, não acrescentando grande conteúdo científico. Creio que tal acontece, não pelo secretismo da instituição, uma vez que os documentos podem ser consultados por qualquer investigador, mas sim pelo pouco interesse demonstrado pelos estudiosos ao longo dos anos. Por exemplo, a obra de Maria Alice Samara *Bernardino Machado: uma vida de luta,* caracteriza-se por ser uma biografia de Bernardino Machado, que fora Grão-Mestre entre 1895 a 1899. Logicamente a maçonaria é mencionada, mas sem que se realize um estudo aprofundado da mesma por não ser esse o tópico em questão. A obra de Rui Ramos *História de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926)* aborda o papel da maçonaria na sociedade portuguesa relativamente às várias associações criadas, bem como o seu crescimento após a Implantação da República. Apesar de abordar este tema, Ramos não aprofunda o mesmo porque também esse não é o seu intuito. Por conseguinte, as obras especificamente direcionadas à temática da maçonaria foram redigidas por maçons, *Ensaios de Maçonaria* por Oliveira Marques, *História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)* de Borges Grainha e *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)* por António Ventura, entre outras.

Capítulo II- Contextualização Histórica

A Criação do Partido Republicano

A maçonaria portuguesa está intimamente ligada à criação do Triunvirato Republicano, já que dois dos seus três fundadores foram Grão-Mestre da maçonaria: António de Oliveira Marreca, António Rodrigues Sampaio e José Estevão. O Triunvirato foi o primeiro embrião do Partido Republicano Português. Como tal, este movimento inicial foi de extrema importância para a fundação do republicanismo em Portugal. A data da sua fundação coincide, também, com o ano da revolução de Fevereiro de 1848, em França, o que provavelmente influenciou a sua criação (Maio de 1848), uma vez que muitos destes pensadores eram influenciados pelas ideias que vinham de França. Borges Grainha defende que este foi o primeiro embrião do Partido Republicano Português. (Borges Grainha, 1913, p.151).

A divulgação do pensamento republicano na sociedade deu-se a partir de um processo lento e gradual, partindo da propaganda feita nos jornais dirigidos por homens pertencentes à maçonaria e que detinham pensamentos liberais. Pela Europa, a mudança já era visível. Após a mencionada República Francesa, deu-se a comuna de Paris em 1871, e a Primeira República Espanhola em 1873, contribuindo para a promoção da República e do Socialismo, algo que o Estado e a Igreja não viam com bons olhos. (Rêgo, 1986, p. 149).

O Partido Republicano Português só começou a ganhar forma em 1876, após as eleições em França. Nas palavras de Rêgo "Era o triunfo definitivo da República. Os republicanos Portugueses celebram o acontecimento como se fora a sua vitória. (...) Por isso ao jantar de 25 de Março acorreram dezenas de pessoas (…) Esse banquete marca a fundação do Partido Republicano Português." (Rêgo, 1986, p.155). É possível verificar uma influência indireta de França sobre a forma como os intelectuais portugueses pensam e agem, pois esta é vista como um modelo de modernidade que tem de ser seguido. Apesar disso, para Catroga o Partido Republicano foi criado nos anos 70, mas sem nenhuma data específica. Nas suas palavras "Quanto a nós, não têm razão os que defendem que o Partido foi fundado em 1876, ou os que localizam a sua criação em 1880 (comemorações do centenário de Camões). Subjacente a estes juízos, julgamos estar uma confusão clara entre noção de partido político e as formas protopartidárias" (Catroga, 1991, p. 13).

Logo de início esboçavam-se duas fações preponderantes no Partido Republicano. Por um lado, os Federalistas de Teófilo Braga, cuja inspiração vinha de autores socialistas e positivistas como Proudhon e Pi y Margal, respetivamente, e advogavam por um Estado Unitário e Federalista com sufrágio universal (Catroga, 1991, pp. 44-45). Já os Democráticos de Elias Garcia pugnavam por políticas mais livre-cambistas como a "abolição de direitos de consumo cobrados pelo Estado", por mais direitos no setor social como a "edificação de casas baratas, cómodas e saudáveis para as classes pouco abastadas" e ainda mais direitos no setor judicial como a abolição da pena de morte. (Catroga, 1991, pp. 51-53). Ou seja, tentavam capturar um eleitorado mais liberal e urbano. Elias Garcia era Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, jornalista e vereador na câmara de Lisboa e, em 1888, propôs dar o nome de Grémio Lusitano à rua onde se situava a sede do mesmo (Ramos, 1994, p.80). Elias Garcia vai tornar se numa figura importante para os republicanos que ingressam na maçonaria devido ao seu papel relevante dentro destas instituições.

Em 1891, o foco do Partido Republicano vai ser alterado, dando uma maior ênfase à organização dos poderes do Estado, às garantias individuais e aos municípios, uma vez que reconheciam nestes poderes para legislar em assembleias provinciais. A nível económico defendiam um maior protecionismo e corporativismo de consumo e produção, em suma, queriam demarcar se do liberalismo extremo e do socialismo revolucionário (Catroga, 1991, pp. 57-59). No programa de 1891, a questão religiosa vai ser uma das suas principais bandeiras, com destaque para a defesa da separação da Igreja do Estado. A secularização também era defendida por pessoas ligadas a outras correntes ideológicas desde liberais monárquicos até

socialistas (Catroga, 1986, pp.231-232). Mais à frente, proponho-me analisar exemplos de maçons em altos cargos do Partido uma vez que estes exemplos não eram escassos.

O papel da imprensa na propaganda Republicana

Em 1871 realizaram-se as Conferências do Casino, e nesse mesmo ano Elias Garcia funda o jornal *A Democracia*. Dois anos depois, Conselegi Pedroso, funda o jornal *A República*. Ambos os editores citados eram republicanos e maçons. Em 1880 celebrou-se o terceiro centenário de Camões e a ocasião foi utilizada pelos republicanos para aumentar a difusão de propaganda. Por exemplo, Magalhães Lima, nesse ano funda o jornal *O Século* (Borges Grainha, 1913, pp. 151-154). Por vezes a opinião da imprensa perante as ideias divulgadas nas Conferências do Casino, não foi favorável aos republicanos. Contudo, esta acabava por ser ainda mais crítica das medidas repressivas do governo para com os jovens pensadores da Geração de Coimbra (Rego, 1986, p. 135).

Em 1890, no Porto, João Chagas lança o jornal *A República Portuguesa*, periódico que substituiu o seu antigo jornal suspenso *A República* sendo o seu objetivo declarado instaurar a República. (Rego, 1986, p. 191). É possível verificar que já existia alguma censura. Contudo, a propaganda republicana estava a intensificar-se na imprensa, mas este não era o único lugar.

Na maçonaria, a republicanização de algumas lojas começa a evidenciar-se. A Loja Obreiros do Trabalho tinha uma atitude independente perante o GOLU, resultando na criação do jornal *A Luz*, cuja atividade se desenrolou entre os anos de 1895 e 1898. Ilídio Analide da Costa fora o editor deste jornal, sendo também responsável por outros jornais republicanos. Para além do jornal, a loja também publicava folhetos de propaganda antijesuítica (Ventura, 2020, p. 229).

João Franco, impunha obstáculos à propaganda republicana. Assim, é promulgada a lei a 13 de fevereiro de 1896, que tinha como intuito reprimir os jornais anarquistas, servindo a mesma de pretexto para prender editores maçons, como França Borges e Heliodoro Salgado. Nos anos 80 a opinião pública já desacreditava o rotativismo entre Progressistas e Regeneradores, até mesmo a imprensa que apoiava estes partidos, o que ajudou a aumentar a popularidade de escritores independentes. (Borges Grainha, 1913, pp. 157-158). Apontar a existência da influência de jornalistas, editores e redatores maçons na imprensa dos finais do século XIX e inícios do século XX é importante, todavia, é fundamental mencionar a sua dimensão na sociedade portuguesa.

Ao entrarmos na República, a percentagem de habitantes letrados situava-se nos 24,87%. Em geral, a população mais letrada era do sexo masculino e residia em Lisboa e no Porto, onde quase metade da população sabia ler (Censos de, 1911,p.363). A imprensa tinha um papel fundamental na sociedade. Dos jornais publicados 48% tinha índole política e situavam-se nos centros urbanos de Lisboa e Porto, ao concentrarem 42% de todas as publicações, pelos motivos anteriormente expostos. Já *o Mundo* de França Borges: "distribuía 50 000 exemplares por dia. Metade era espalhada por agentes no país, 30% eram vendidos avulso em Lisboa (…)" (Ramos, 1994, pp. 48-49). Ou seja, era um jornal de grande dimensão, visto que 67% dos jornais tinham uma tiragem de entre 200 a 800 exemplares, sendo a maioria semanais. (Ramos, 1994, p. 48).

O papel da imprensa era avassalador, sendo o único meio de informação e opinião, assim esta estabeleceu-se como o "Quinto poder", comparando-a com os dias de hoje. Em 1906, eram impressos, apenas na capital 300 mil exemplares diários, em 1987, o número cairá para 100 mil, em Portugal. (Ramos, 1994, p. 52)

Ao aprofundar a relação entre os republicanos e a imprensa, é de notar que esta tem os seus percalços. Para Borges Grainha, a imprensa servia os interesses de republicanos e maçons contra o clero: "O Partido Republicano contava então já com muitos jornais, cujas redações regurgitavam de maçons que combatiam energicamente e triunfalmente as ideias clericais. A luta tornou-se grave e violenta, os campos dividiam-se claramente: de um lado os jesuítas e os clericais, do outro a Maçonaria e o Partido Republicano." (Borges Grainha, 1913, p. 183). A época em que esta violenta luta se dá para o mesmo autor, tem início em Maio de 1905, a propósito da subscrição para a Estátua do Marquês de Pombal.

A relação entre o Partido Republicano e a imprensa não era tão linear como Borges Grainha nos faz crer. O diretório nunca teve um jornal seu, o que fazia com que estes jornais pudessem valorizar ou descartar posições tomadas pelo partido. Por conseguinte, estes também podiam falar em nome do Partido, ou ter a sua autonomia. Estes factos levam a querer que o Partido Republicano tinha na imprensa vários aliados, e nenhum súbdito. Tal explica a facilidade com que o Partido se fragmentou após a Implantação da República. (Barros, 2021, p.383). A propaganda levada a cabo pela imprensa foi um importante motor da aceitação das ideias republicanas por parte dos Portugueses, em especial, àqueles que sabiam ler e escrever, sendo a sua prevalência mais forte nos meios urbanos. Todavia, as disputas entre os conservadores, em especial o clero, e a maçonaria, começam mais cedo.

O Pensamento Liberal na maçonaria

As ideias republicanas, em Portugal começaram a florescer na segunda metade do século XIX, através da fundação de diversos jornais concentrados nos centros urbanos e através de iniciativas como as Conferências do Casino, inauguradas em 1872 (Borges Grainha, 1913, p.152). Todavia, a luta contra o jesuitismo por parte da maçonaria começou mais cedo por volta dos anos 50, quando José Estêvão, Grão-Mestre da maçonaria, começou a criticar o papel dos jesuítas na educação dos jovens. A 11 de Março de 1862, o governo presidido pelo Duque de Loulé, Grão-Mestre da maçonaria, apresentou ao Parlamento o projeto de expulsão das Irmãs da Caridade. Como tal, esta sociedade acabou por cessar atividade, sendo os órfãos transferidos para o recém-criado asilo de S. João, para a Escola-Asilo-S. Pedro e o Asilo de Santa Catarina, todos estes pertencentes à maçonaria. (Borges Grainha, 1913, pp. 165-166). A criação das Irmãs da Caridade deu-se em 1819, autorizadas por D. João VI, com proteção do mesmo e da nobreza. Todavia as Irmãs não tiveram grande expansão devido a impossibilidade de recrutamento em França. Já o regresso dos jesuítas a Portugal deu-se durante o reinado de D. Miguel, sendo os primeiros jesuítas Franceses (Serrão & Oliveira Marques, 1991, p.326). Porém, a maior contribuição do pensamento francês foi precisamente a luta contra as congregações religiosas, através do iluminismo. O clero regular era visto como "fautor de vícios anti-sociais" como a preguiça, e os conventos eram um encargo para a sociedade. O ideário liberal rejeitava as instituições contrárias a essa mesma liberdade individual, como a confessionalidade do Estado e as congregações religiosas. (Serrão & Oliveira Marques, 1991, p. 173)

O pensamento anticlerical ganhou ainda mais peso, em Portugal, nos anos 80 do século XIX, através de pensadores republicanos. O fator principal que unia estes homens era sobretudo o facto de alguns destes serem maçons, ou de o se tornarem eventualmente. Exemplos disto, são os casos de Afonso Costa, Magalhães Lima, Fernão Botto Machado e Miguel Bombarda. Afonso Costa já escrevera sobre a questão religiosa, usando uma fundamentação científica, referenciando autores estrangeiros que escreviam sobre questões sociais como Proudhon, Malon, Pi y Margall e Littré. (Catroga, 1988, p.216) Magalhães Lima, relata na sua autobiografia ter sido influenciado pelos mesmos escritores, bem como ter presenciado eventos singulares como a Comuna de Paris de 1871 (Lima, 1927, pp. 35-36).

A própria Igreja contribuía para uma campanha contra o pensamento racionalista, incluindo-se aqui a maçonaria, a carbonária, a democracia liberal, republicana ou socialista. Esta acção fora aproveitada pelos republicanos, de modo que, uma das suas grandes conquistas foi terem-se estabelecido como a grande oposição à doutrina da Igreja. "Como queriam os

republicanos, a questão religiosa era inseparável da questão do regime, era-o igualmente — como afirmavam os socialistas, anarquistas e republicanos radicais — da questão social." (Catroga, 1988, p.216) Algo que sedimentava ainda mais esta relação entre República e anticlericalismo consistia no facto da esmagadora maioria dos ativistas anticlericais serem republicanos. (Catroga, 1988, p. 217)

Estes ativistas ingressaram na maçonaria por esta partilhar dos mesmos ideais racionalistas e positivistas, cuja critica se baseava no excessivo envolvimento da Igreja Católica na sociedade, nomeadamente em questões que ao Estado diziam respeito, como o Registo Civil. Para entendermos como essa integração foi feita é necessário compreender os princípios da maçonaria em si. O aperfeiçoamento da humanidade é o fim que legitima a maçonaria como instituição, sendo a sua ética altruísta um dos seus princípios base. Uma vez que o positivismo de Littré já tinha negado a dimensão religiosa inicial desta mesma filosofia, deixou de ser necessário a existência de uma crença religiosa. (Marquês da Costa, 2023, p. 203). O argumento principal dos fundadores das associações liberais em Coimbra era o de quererem defender as leis secularizadoras de Pombal (Catroga, 1988, p. 212), mostrando assim, estarem a favor das leis implantadas outrora pelo Estado, acusando a Monarquia e os governos do rotativismo de não as cumprirem.

A influência do positivismo

O positivismo surgiu como doutrina em 1830 pelo filosofo Francês Augusto Comte. Esta assumia que o absolutismo e o catolicismo estavam em queda, sendo necessário criar um sistema baseado na fé dos dogmas proclamados por uma autoridade competente (Ramos, 1994, p. 63). Assim, o universo tinha de ser regido por ideias científicas e governado pelos sábios e, para que tal fosse posto em prática, era necessário criar uma religião da humanidade. A Pátria era o meio para desenvolver o sentido do colectivo. Quando toda a sociedade tivesse um pensamento baseado no racional e no científico, o espírito critico já não era necessário, por ser contraproducente: "Comte julgava que ela (a liberdade de pensamento) seria inútil, e até funesta, numa sociedade cientificamente organizada, visto que o dogmatismo é o estado normal de inteligência humana" (Ramos, 1994, p.64).

O positivismo era usado dentro do movimento republicano. Estes aproveitaram a filosofia para se infiltrarem dentro da maçonaria, usando os vários pontos de contacto que a organização tinha com os ideias progressistas da ordem, especialmente quanto a questão social, que era largamente debatida nos anos 90 do século XIX (Marques da Costa, 2023, p. 193). Esta forma de pensar foi largamente adotada dentro da instituição "conquistando aderentes que

aumentaram rapidamente o número dos seus membros e permitindo que os antigos quadros aceitassem que os seus conceitos de maçonaria fossem lidos a luz dessa nova corrente" (Marques da Costa, 2020, p.193). Um exemplo claro da convivência entre a maçonaria e o positivismo estava no anticlericalismo. Mesmo os monárquicos liberais que pertenciam à ordem maioritariamente rejeitavam a influência do clero, pois para o positivismo a mudança de regime e a laicização do ensino eram as grandes ferramentas para mudar a sociedade. O maior exemplo dessa mudança foi o próprio Grão-Mestre Bernardino Machado, que pertencia ao Partido Regenerador e fora ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, entre Fevereiro e Dezembro de 1893 no governo de Hintze Ribeiro (Samara, 2012, p.35), dois anos antes de ser Grão-Mestre, tendo como nome simbólico o do positivista ateu Littré.

É possível verificar que nesta época ocorre na maçonaria uma mudança muito subtil, mas bastante importante, pois uma vez aceite e assimilado o positivismo, fica difícil dissociar o mesmo do republicanismo, Neste sentido, é seguro afirmar que o positivismo vai estar na origem da transição da maçonaria da monarquia liberal para uma maçonaria republicana. Esta mudança de pensamento já estava a decorrer entre os intelectuais da década de 90, contando com pensadores como Antero de Quental, Sampaio Bruno, Teófilo Braga, Oliveira Martins, entre outros, a assumirem-se como republicanos, tendo uma visão heroica do que seria o republicanismo. Veja-se por exemplo Oliveira Martins: "A República era, por definição uma virtude cívica, a disposição de tudo sacrificar pela pátria" (Ramos, 1994, p. 63) ou Teófilo Braga, cujo o papel para o positivismo em Portugal fora bastante importante, chegando a afirmar-se republicano por suspeitar que Comte também o teria sido em Portugal (Ramos, 1994, p. 64).

Logicamente, esta cultura de patriotismo teve as suas consequências, entre elas, a reação após o *Ultimatum*, em que houve bastante contestação nas ruas e se criou a subscrição nacional, para defender Portugal dos Ingleses. O nível de patriotismo demonstrado pelos Portugueses não era uniforme, sendo maior nas zonas onde a alfabetização era mais elevada: "a manifestação patriótica era urbana, nas regiões economicamente mais dinâmicas (…) e com maior alfabetização masculina" (Ramos, 1994, p.77), ou seja, onde existia mais patriotismo e alfabetização era onde os republicanos tinham mais apoio. Curiosamente foi nas duas maiores cidades do país onde se deram as duas revoltas republicanas, Porto e Lisboa, sendo que a primeira não foi bem sucedida.

A Revolta de 1891 e as suas consequências

A indignação motivada pelo *Ultimatum* inglês de 1890, aliada à crescente radicalização do Partido Republicano, vai culminar na revolta de 31 Janeiro de 1891 (Ventura, 2020. p. 224).

Nestes acontecimentos estiveram envolvidos maçons portuenses. Todavia, das quatro lojas existentes no Porto, apenas a Independência se declarava não monárquica, tendo como venerável Alves da Veiga, que esteve envolvido na revolta, onde no seguimento da mesma foram presos membros desta loja e também da Honra e Dever (Ventura, 2020. p, 225). No entanto, a posição do GOLU face ao sucedido fora de repúdio, por considerar a mesma contrária aos princípios da ordem: "O GOLU continuava a ser, institucional e maioritariamente, uma Obediência respeitadora da ordem estabelecida e alheia às disputas político-partidárias" (Ventura, 2020. p, 225).

As penas maçónicas para os seus membros foram distintas. Alves dos Reis foi abatido do quadro e Augusto da Paz dos Reis objeto de suspensão dos seus direitos maçónicos. Porém, estas penas tiveram curta duração. A revolta serviu para os republicanos tirarem ilações sobre o que falhou, uma vez que o sucesso da mesma era altamente provável, assim como demonstra Rego. Soaram estrofes da *Portuguesa*, e fora içada a bandeira vermelha do Centro Democrático Federal, sendo o número de militares não inferior aos da noite do 3 de outubro. Contudo, não existia um comando esclarecido, provavelmente esse fora um dos motivos para que a segunda geração de republicanos apostasse na promoção da República através do campo intelectual (Rego, 1986, pp, 192-194).

Após a revolta fracassada, os republicanos não baixaram os braços e continuaram a trabalhar em diversas frentes. Na maçonaria, começaram a surgir figuras ligadas ao Partido Republicano como Magalhães Lima, Eduardo de Abreu, Francisco Gomes da Silva, entre outros. Simultaneamente deu-se a criação de lojas republicanas, como a *Democracia Nacional* em Dezembro de 1892, a *Portugal* em janeiro de 1893, constituída por oficiais do Exército e da Marinha, de entre os quais Cândido dos Reis, a *União Democrática* em Novembro do mesmo ano, que mais tarde, em conjunto com a *Democracia Nacional*, deu origem à *Montanha*, loja fundada por Luz de Almeida, e quase exclusivamente composta por Carbonários, esta loja vai originar a *Obreiros do Trabalho*, frequentada por operários, que por sua vez abrem uma sucursal no Barreiro, e finalmente, *a Esperança e Porvir*, demonstrando assim que a maçonaria estava menos elitista, ao expandir para diferentes classes sociais. (Marques da Costa, 2023, p. 200). Em 1895, Bernardino Machado é eleito Grão-Mestre, e neste ano, a loja *Comércio e Indústria*, frequentada por comerciantes ergue colunas. (Marques da Costa, 2023. p. 200).

Em 1897, é revista a constituição do GOLU, eliminando-se a obrigatoriedade de se ter uma crença religiosa para se ingressar na maçonaria. Começam a emergir duas fações opostas na

maçonaria que anteriormente era dominada quase exclusivamente pela fação monárquica, ainda antes de Bernardino Machado entrar em funções, sendo que, o próprio se propôs constituir como um árbitro deste conflito: "Não somos nem um partido, nem uma seita (…) A prova de que a nossa missão cabe dentro das formas políticas da sociedade moderna é que à sua testa se acham igualmente monárquicos e republicanos." (Ventura, 2020, p. 234). Durante os seus escassos quatro anos, Bernardino Machado recebeu muita contestação de monárquicos e republicanos, os primeiros, criaram em 1897 o Grande Oriente de Portugal, devido à separação das oficinas Tolerância I e Razão Triunfante. Este oriente conseguiu reunir uma dezena de lojas, onde a presença dos republicanos era rara. (Ventura, 2020, p. 241) Fernão Botto Machado abandonou a obediência em 1902, por considerar que: "ali só se fazia política monárquica e de acanhado facciosismo" (Ventura, 2020. p. 241) a mesma acabou por ser extinta em 1905. Os republicanos por sua vez, também contestavam Bernardino Machado. No Funchal um grupo de maçons pediu para formar a loja Revolução e Progresso, à qual Bernardino Machado se recusou a aprovar por conter a palavra revolução (Marques da Costa, 2023, p. 200). As lutas entre republicanos e monárquicos dentro da maçonaria eram visíveis, e inconciliáveis, prova disso, foi o fracasso de Bernardino Machado como Grão-Mestre. Machado, acabou por pedir a demissão, visto que não conseguiu conciliar as duas correntes. "não me sendo possível continuar a desempenhar-me da minha missão de supremo árbitro dos partidos, dentro da Maçonaria portuguesa, cumpre-me apresentar-vos a minha exoneração de grão-mestre" (Ventura, 2020, p.249).

Em Abril de 1900 realizou-se a Conferência Maçónica no Porto, onde foram discutidos vários assuntos, contudo, a política continuou a ser um tópico sensível para o Conselho da Ordem, em que José Maria Pereira afirmou que "a Maçonaria, como instituição cosmopolita, não pode, sem risco de cindir-se, entrar aberta e fracamente na propaganda de um ideal político."(Ventura, 2022, p, 254) A divisão entre republicanos e monárquicos estava cada vez mais evidente e, em 1902, Francisco Gomes da Silva, republicano, é eleito Grão-Mestre adjunto de Ferreira de Castro. A crescente republicanização das lojas e dos sues obreiros resultou numa maçonaria mais liberal e antimonárquica e progressista. Um dos aspetos onde tal se evidencia foi através das várias conferências realizadas, como irá ser demonstrado mais adiante.

Em 1903 dá-se a visita do rei Eduardo VII, monarca britânico e Ex Grão-Mestre da Grande Loja Unida da Grã-Bretanha. Como tal, o monarca fora bem recebido pela maçonaria, sendo a sua chegada vista de forma positiva por alguma imprensa republicana, pelo que, o jornal *O*

Mundo fora criticado por esse facto, oferecendo a seguinte resposta: "O Mundo saúda em artigo de fundo o rei Eduardo não como soberano, mas como grão-mestre da maçonaria e logo a seguir publica a opinião de um diplomata português segundo o qual a Inglaterra não se oporá à mudança de instituições em Portugal, continuando a existir a aliança."(Barros, 2021, p, 284). Embora uma parte dos republicanos reprovasse a presença inglesa em Portugal, devido ao *Ultimatum* de 1890, outra parte via uma oportunidade para fortalecer as relações entre os dois a partir da maçonaria, tendo a salvaguarda na eventualidade da instauração da República, quase uma década antes da mesma se consumar.

Embora *O Mundo* saudasse o Rei como Grão-Mestre, este já não ocupava este posto, Eduardo VII foi Grão-Mestre em 28 de abril de 1875, com a ascensão à realeza renunciou ao cargo, sendo, não obstante, um maçon destacado. O Grão-Mestre da Grande Loja Unida de Inglaterra era o duque de Connaught, desde 1901, irmão de Eduardo, e também visitou Portugal em 1905 (Ventura, 2020, pp.258-259). Nesse ano, também se destacou a vinda do Presidente francês, Émile Loubet. Em Outubro de 1905, o presidente de França chegou a Lisboa, sendo recebido pelo Partido Republicano e pela maçonaria. O sucedido demonstrou existir uma partilha de pensamentos entre alguns membros da maçonaria, e o Partido Republicano, especialmente numa época em que a mudança dentro da maçonaria estava para breve. (Borges Grainha, 1913, p.158).

A Mudança dentro da maçonaria

O Grande Oriente Lusitano Unido passou por várias mudanças internas neste período conturbado. Porém, era visível que os republicanos estavam a ganhar terreno. A 28 de março de 1906 a votação de censura ao Grão-Mestre foi aprovada, servindo como pretexto para Ferreira de Castro renunciar. Assim, Francisco Gomes, Grão-Mestre interino, ocupou o lugar de Ferreira de Castro, e foram marcadas eleições internas para a nomeação do novo Grão-Mestre (Ventura, 2020, p. 266).

Era nítido que dentro do GOLU existia uma onda de mudança, pelo que, fica a pergunta: A partir de que momento os republicanos passaram a controlar o Supremo Conselho do Grande Oriente Lusitano Unido? Mas antes de responder à questão é necessário ver o porquê da mesma ser levantada.

Quando a liderança se assume republicana a maçonaria é aproveitada, pelos mesmos, para fins conspiratórios, de uma forma explícita. Exemplo disso foi a assembleia promovida pela Loja Montanha e presidida pelo Grão-Mestre adjunto, José de Castro, em 14 de Julho de 1910,

onde é aprovada uma proposta de Machado Santos para a organização de uma comissão secreta para manter a ordem aquando da revolução (Borges, Grainha, 1913, p.159). Outro exemplo da existência de uma intenção explícita para implementar a República, deu-se pelas várias viagens que Magalhães Lima fez ao estrangeiro como Grão-Mestre da maçonaria, onde fora firmada a não interferência de potências estrangeiras caso Portugal se tornasse numa República.

A nível interno, também fora passada a mensagem de forma intencional, ou não, que a maçonaria estava a simpatizar com a República, pois Luz de Almeida, venerável da loja Montanha, viajou pelo país para tomar conhecimento quanto à realidade das lojas (Ventura, 2020, p.270). Lembrando que estas lojas, no interior do país eram de extrema importância para o GOLU, uma vez que, segundo António Lopes: "Fora de Lisboa existe uma significativa coincidência entre as Comissões republicanas e as lojas maçónicas nessas localidades" (Lopes, 2009, p. 41). Logo, esta fiscalização a ser exercida pelo líder da Carbonária passava uma mensagem importante para os obreiros. É de salientar, que antes da referida data, existia uma partilha de poder no seio do GOLU entre republicanos e monárquicos.

Autores diferentes têm visões distintas sobre quando é que a maçonaria se reformulou, contudo, é consensual que esta mudança se deu entre 1905 e 1907. Começando por Borges Grainha, que aponta a mudança para 1905, com o monumento de homenagem a Marquês de Pombal, que opôs a maçonaria e o Partido Republicano aos jesuítas, algo que evidência a interligação entre os dois primeiros. Já para Catroga, tal aconteceu mais tarde: "O setor que liderou o Grande Oriente Lusitano Unido a partir de 1906 navegava nas águas do agnosticismo e do ateísmo". Ventura, vai realçar a "dinamização da vida do GOLU" (Ventura, 2020, p. 276) promovida por Magalhães Lima quando este é empossado a 6 de abril de 1906. Para Marques da Costa essa mudança dá-se em 1907 com a eleição de Magalhães Lima, mas só em 1908 é que este toma pose, "Entre 1908 e 1910 os republicanos prepararam a Revolução. A Maçonaria, a seu modo, também, quer (…) a mudança de regime." (Marques da Costa, 2023, p. 200).

É difícil definir uma data exata para a republicanização do GOLU, até porque esta foi acontecendo ao longo do tempo, no entanto, quando Magalhães Lima assume a liderança existe uma clara intenção de mudar o papel da obediência na sociedade civil, de modo a esta trabalhar em prol da República.

A ação da maçonaria em prol da República

A conferência maçónica de Setembro de 1906 na Figueira da Foz, foi mais uma evidência de que o pensamento da ordem já estava direcionado para questões que diziam respeito aos

republicanos, como por exemplo: “Considerando que a revolução é uma forma de evolução, qual é o valor científico das doutrinas pacificas(...). Sendo o registo civil obrigatório uma medida social de grande alcance (…) quais os meios mais apropriados e convenientes para pôr em prática tal instituição em Portugal?” (Ventura, 2020, pp.267-268)

A maçonaria é uma entidade heterogénea, com diferentes lojas, que refletem os diferentes pensamentos da sociedade. Todavia, Magalhães Lima assumiu a expressão de um determinado projeto no qual um conjunto de maçons maioritários acreditava (Marques da Costa, 2023, p. 201).

A segunda geração de republicanos vai acabar por se juntar à maçonaria vendo nesta um possível instrumento de regeneração da sociedade (Marques da Costa, 2023, p.200), tal materializa-se pela eleição de Magalhães Lima como Grão-Mestre, em 1907. Segundo Catroga, este processo de laicização começou mais cedo: “o sector que liderou o Grande Oriente Lusitano Unido a partir de 1906 navegava nas águas do agnosticismo e do ateísmo.” (Catroga, 1988, p.262). Tendo nomes sonantes como Heliodoro Salgado, Fernão Botto Machado e o Grão-Mestre Magalhães Lima a promoverem estas ideias, com o Grão-Mestre a afirmar que a título individual combateria todas as religiões.

Magalhães Lima, em Março de 1907 publica a *Mensagem ao povo maçónico*, ficando em evidência o papel que o mesmo desejava que a maçonaria exercesse sobre a sociedade. O recém-eleito Grão-Mestre começa por fazer uma crítica à maçonaria portuguesa de 1898, comparando à com outras obediências europeias, reveladoras de um papel ativo nas reformas sociais dos respetivos países, enquanto em Portugal, esta apenas exercia um papel litúrgico. A transformação na defesa do livre pensamento e na emancipação social era necessária. Tal só era possível através da instrução: “Aprendemos, por tanto, com os nossos irmãos de outros países, que a principal missão da maçonaria, nos tempos presentes, é assentar todo o seu trabalho em persistentes e fortes alicerces de instrução científica, laica, moral e cívica” (Lima, 1907. p.12). Fica em evidência a influência que as demais obediências exerceram no pensamento de Magalhães Lima, pelas comparações exercidas, sobretudo com a francesa: “Em França, a maçonaria, é um dos principais esteios da democracia e o principal adversário do clericalismo reacionário com que se defronta em todas as circunstâncias e ataca em todos os redutos (...) Em Portugal a maçonaria deveria seguir a mesma esteira para não atraiçoar a sua missão” (Lima, 1907). Assim o conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano Unido demonstrou o intento de instaurar a República de diversas formas.

As viagens de Magalhães Lima começaram em 1907 pouco antes da revolução e o seu papel foi essencial para estabelecer relações entre outras ordens maçónicas europeias e conseguintemente para dar prestígio à causa republicana. Estas, porém, começaram ironicamente devido a perseguição por parte de João Franco: "Em setembro de 1907, Magalhães Lima viajava para a capital francesa, para evitar a prisão, no seguimento dos incidentes ocorridos em Lisboa durante as manifestações contra a ditadura de João Franco" (Ventura, 2020, p. 279). A 30 de Maio de 1908 informa a Assembleia maçónica da sua estadia no estrangeiro, esta é designada como a Grande Dieta, e opera como o "Corpo Legislativo de uma obediência, composto pelos representantes-eleitos, ou por direito próprio como o venerável- de cada loja" (Pinto dos Santos, p.151). Ao informar a mesma das viagens o Grão-Mestre mantém uma imagem de proximidade com a ordem por estar em representação da mesma.

Magalhães Lima fora recebido pela maçonaria francesa e belga, participa no Congresso da imprensa em Berlim, regressa a Lisboa a 5 de novembro, e parte de novo para o estrangeiro. Em Outubro de 1909 desloca-se para França e daí para a Grã-Bretanha (Ventura, 2020. p. 280-281). As viagens de Magalhães Lima pouco antes da revolução, tiveram um papel fundamental a fim de estabelecer relações entre as demais ordens maçónicas europeias, o que, por conseguinte, deu prestígio à causa republicana; ironicamente, estas viagens começaram devido a perseguição exercida por João Franco.

A viagem a Londres revelou-se de enorme importância, pois Magalhães Lima quis garantir que quando a República fosse instaurada o Reino Unido estaria ao lado dos republicanos, de modo a evitar uma guerra com o país vizinho, caso a Monarquia Espanhola decidisse apoiar a casa real. A ida de Magalhães Lima ao *The Foreign Office* fora facilitada por este ser Grão-Mestre. "com referências destacadas na imprensa maçónica britânica" (Ventura, 2020, p. 290), a divulgação do ideário republicano na imprensa britânica, algo que está patente nos "Episódio da minha Vida" escrito pelo próprio: "(…) a República seria em breve uma realidade e que confiávamos em que a Inglaterra, constituída por um povo liberal, continuasse a ser a mesma aliada de Portugal. Estas palavras foram ouvidas e tiveram uma funda repercussão na imprensa Inglesa (...)" (Lima,1927, p. 185). O ano de 1908 foi importante para a maçonaria, nela o combate político era feito de uma forma explicita, a Loja José Estevão elaborou um plano contra a reação, embora tal não significasse uma promoção da Implantação da República. O plano incluía uma ação concreta junto das populações nomeadamente, quanto à sua educação, bem como a difusão da propaganda na imprensa, um maior trabalho na beneficência, a luta pelo Registo Civil obrigatório e a promoção da lei do divórcio(Ventura, 2020, p. 287), ou seja, todas estas medidas são bandeiras defendidas pelo Partido Republicano, e a sua promoção apenas o

beneficiava. Ainda neste ano deu-se a eleição da câmara municipal de Lisboa, ganha pelos republicanos em Novembro, contou com a desistência dos monárquicos. A experiência republicana na câmara de Lisboa foi essencial para demonstrar ao país que uma governação republicana eficaz era possível. (Ventura, 1994, p. 384).

Em 1909, uma parte bastante ativa e influente da maçonaria já se encontrava alinhada com as fações mais progressistas do Partido Republicano, e tal é visível através da sua luta direta e indireta contra as congregações religiosas. "Em 1906, Trindade Coelho publicou o seu *Manual Político,* o povo liberal foi tomado de surpresa ao ver a quantidade de conventos e casas religiosas que existiam já em todo o País" (Borges Grainha, 1913, p.170). A resposta da maçonaria consistiu em fazer renascer a junta liberal do recém regularizado Miguel Bombarda.

A Junta Liberal foi um importante movimento anticlerical, criado em Abril de 1901, por estudantes do ensino superior em Lisboa, defendeu o anticlericalismo e teve uma grande repercussão na opinião pública. Esta contou com a participação de renomados maçons, como Tomás Cabreira, Luís Filipe da Mata e Miguel Bombarda, que viria a ser maçon. Neste período a propaganda antijesuítica estava muito ativa devido à questão Calmon no Porto (Ventura, 2020, p. 257). A Junta Liberal viria a ganhar nova vida em 1909, sendo a sua primeira sessão pública no dia 16 de julho desse ano, na Associação dos Lojistas, este movimento foi impulsionador da imponente manifestação de 2 de Agosto, amplamente divulgada pelos jornais, cujo objetivo era fazer com que as Leis de Pombal fossem postas em prática, ou seja, a expulsão das congregações religiosas (Borges Grainha, 1913, p.170). Mais adiante este tópico será aprofundando, bem como as ligações do GOLU a esta manifestação.

O papel ativo da maçonaria na propaganda republicana não pode ser negado, contudo, esse papel não se limitou à simples promoção de um partido, ou de várias ideias, e passou para a delimitação de ações concretas para se obter a Implantação da República por via revolucionária. Em abril de 1909 foi estabelecida uma junta revolucionária, pelo Partido Republicano (Caldeira, 2009, p. 67). A maçonaria e a loja Montanha estavam representadas por Machado Santos, a loja Acácia estava representada por Manuel Martins, mais importante que estas representações de lojas, está a circular número 12, emitida pelo GOLU onde constava a aprovação da proposta de Machado Santos para a criação de uma Comissão de Resistência para defender a Maçonaria de futuros ataques da reação política. A reunião de 29 de Setembro de 1910, deu-se no diretório do Partido Republicano, e contou com a representação de membros da maçonaria, a título desta mesma instituição. Simões Raposo estava como membro da Comissão de Resistência da maçonaria, Machado Santos estava em representação do Grão-Mestre adjunto (por este estar

ausente), Manuel Martins Cardoso pela Loja Acácia, Miguel Bombarda pela Comissão de Resistência da maçonaria, entre outras figuras maçons e não pertencentes à ordem.

Os Obreiros

Ao existir uma mudança dentro de uma instituição é necessário abordar o porquê da mesma ter ocorrido e como ela sucedeu. Para a maioria dos obreiros da maçonaria compartilharem o pensamento republicano, foi necessário que ocorressem três desenvolvimentos. Em primeiro lugar, os próprios membros abandonaram as ideias monárquicas e consequentemente, os seus partidos, ao aderiram ao pensamento republicano, uma transição fácil e normal, uma vez que existiam muitos monárquicos liberais. Estes não se opunham a propostas como o Registo Civil obrigatório, o divórcio, ou mesmo algumas alterações internas de carácter liberal (como quando a constituição do GOLU foi revista em 1897 para excluir a obrigatoriedade de ser crente, algo feito no período em que Bernardino Machado era Grão-Mestre, e membro do Partido Regenerador). Bernardino Machado não fora o único homem notável da maçonaria e da República, vindo do campo monárquico. José de Castro, grão-mestre adjunto, em 1909, começou a sua carreira política no Partido Progressista, a 1881, tendo depois, fundado em 1882 o primeiro semanário republicano da Guarda (Ventura, 2020, p. 289). Esta tendência vinha desde os anos 50, mas só a partir dos anos 90 é que ganha mais destaque devido a diversos fatores, que se originam no mundo profano, dando assim origem a uma reforma dentro da maçonaria:" (…) a década de 80, só então aparecendo a reação a esse amorfismo- afinal uma "paz podre" - acabando por abrir, fruto da profunda crise económica e nacionalista de 90, os braços aqueles que a procuram e a transformam dando sentido social e político a ideia de reforma" (Marques da Costa, 2023, p. 203).

É de salientar ainda que a burguesia urbana estava a ficar mais laica, e era essa mesma camada social que entrava na maçonaria. Como tal, a segunda forma de republicanização da maçonaria deu-se através da entrada de mais republicanos na mesma, embora esta tendência seja mais notória após o 5 de outubro, o que não invalida as ocorrências verificadas. Em 1897 o número de obreiros era de 729, e esse número aumentou para 2532 em 1906, ou seja, mais do triplo dos membros em apenas nove anos (Marques da Costa, 2023, p. 200).

Por fim, a última maneira desta se tornar mais republicana, foi através da saída de alguns membros monárquicos, embora se tenham dado poucas situações. Em 1897, após a admissão de um maçon anteriormente irradiado, deu-se um desentendimento com a Loja Razão Triunfante, que era crítica das posições de Bernardino Machado, a Loja Tolerância I acompanhou-a na saída e juntas organizaram o Grande Oriente de Portugal, cujo Grão-Mestre

era Joaquim Peito de Carvalho, pertencente ao Partido Regenerador. (Ventura, 2020, pp. 238-240). Esta obediência só desapareceu em 1905, e embora se tenham concedido amnistias, é possível verificar que existia um importante número de lojas e obreiros ativos do GOLU, com orientações políticas monárquicas e mais conservadoras, comparativamente às restantes lojas, que estavam fora dos órgãos de decisão do GOLU, o que favoreceu indiretamente os republicanos. Por fim, ainda existiu outro evento que pesou a balança a favor dos republicanos, embora não sendo muito significativo, o período em si requeria união. Em meados da revolução, houve uma assembleia maçónica que levou à saída de "alguns maçons menos republicanos ou menos revolucionários" (Dias, 1984, p. 217).

Em suma, figuras importantes da maçonaria estiveram na vanguarda do pensamento republicano em Portugal, logo em 1848 foi criado o Triunvirato Republicano, mas estima-se que só nos anos 70, mais concretamente em 1876, é que o Partido Republicano seria fundando. Fações distintas foram criadas dentro do partido, uma privilegiava o livre-mercado, enquanto a segunda optava por uma via socialista. Porém, a questão religiosa era unânime no partido, algo que foi exposto no seu programa de 1891.

Nesse mesmo ano, sucedeu-se a revolta do Porto, na qual estiveram envolvidos maçons, quer na sociedade, quer na maçonaria. A ideologia republicana estava a conquistar terreno. O descontentamento com o Rotativismo era notório e rapidamente os republicanos começaram a ganhar popularidade, especialmente nos centros urbanos, onde residia a maior percentagem de pessoas letradas do país. Os jornais de índole política constituíam uma grande parte da imprensa e os de maior tiragem eram sobretudo diários republicanos ou neutros, que contavam com a presença de redatores maçons, ou mesmo diretores.

A republicanização da maçonaria deu-se de uma forma gradual. O GOLU sempre teve uma posição critica da Igreja, pelo que os seus membros facilmente aderiram ao positivismo e ao anticlericalismo; contudo uma grande parte continuava a identificar-se com os partidos monárquicos. Exemplo disso, foi a revisão constitucional de 1897, onde fora removida a obrigatoriedade de ter uma crença religiosa. Esta reforma foi levada a cabo pelo Grão-Mestre, Bernardino Machado, até então monárquico. Só com a eleição de Magalhães Lima é que a maçonaria assumiria um papel ativo na difusão do ideário republicano, nacionalmente através da imprensa controlada por maçons, lojas maçónicas, pela participação em manifestações e no próprio 5 de Outubro. Já a nível internacional, é de salientar as viagens realizadas por Magalhães Lima, que pretendia legitimar a República perante os governos britânico e francês.

Capítulo III- A influência política da maçonaria no Partido Republicano Português.

Como já fora abordado na Introdução, o GOLU teve uma influência direta na Implantação da República; todavia, não é claro a dimensão dessa importância. Segundo os atores da I República esta é significativa, algo que fica patente pelo que foi escrito por Machado Santos e Borges Grainha.

"No seu conhecido relatório sobre a insurreição republicana de 1910 e seus antecedentes, Machado Santos escrevia que a "obra da Revolução Portuguesa também à Maçonaria se deve" (Ventura, 1994, p. 319). Borges Grainha também nos indica o papel fundamental da maçonaria no 5 de Outubro: "Pode-se também assegurar que a revolução, sendo obra do Partido Republicano, não foi menos gerada pela Maçonaria portuguesa." (Borges Grainha, 1913, p. 159). O papel impactante dos maçons na Implantação da República fez com que a imagem da maçonaria ficasse associada ao regime o que trouxe certos benefícios para a ordem.

Após a proclamação da República o número de obreiros do Grande Oriente cresceu exponencialmente, algo visível pela rápida mudança no número total de membros. Segundo Dias essa mudança deu-se sobretudo pelo aumento exponencial no número de iniciações, que quadruplicou em apenas seis meses, passando de 125, nos seis meses anteriores à revolução, para 468, em igual período após a mesma (Dias, 1984, pp 217-220). Quanto à distribuição geográfica é no distrito de Lisboa que o número mais cresce, estando surpreendentemente, no segundo lugar Évora": É o "campo" que maçonicamente se "povoa". Em segundo lugar, surge o distrito de Évora que, de 2 lojas e 3 triângulos, passa a 5 lojas e 7 triângulos."(Dias, 1984, p.220). No entanto, esta afirmação de Dias revela-se bastante otimistas, pois se os mapas mostram que o campo se povoou em Évora, o mesmo não pode ser dito sobre o interior norte, cuja carência de lojas e triângulos continua, (ver anexo 1), algo que é mencionado, indiretamente, no Boletim Oficial de Março de 1912 por Magalhães Lima, que apelava a uma maior propaganda na região Norte e fronteiriça. Nas suas palavras: "Por uma propaganda ativa, e persistente, principalmente no Norte do país feita, primeiramente, pela palavra, por meio de conferências (noturnas e dominicais) nas associações profissionais, nas Lojas e triângulos em segundo lugar pela escrita, por meio de jornais e impressos, e, finalmente, pela ação Maçónica, fundando Lojas e Triângulos na fronteira, criando a Maçonaria Simbólica operária e

estabelecendo estreitas relações de amizade com Espanha" (Lima, 1912). A dificuldade que se apresenta à maçonaria de não conseguir penetrar no Interior Norte do país pode ser explicada por um maior nível de religiosidade nessa região. Algo verificável pela forma como a população do Norte não citadina recebeu as medidas anticlericais, que segundo Oliveira Marques, foi com desagrado. Todavia esta estava passiva e em subdesenvolvimento, sobrepondo-se a vontade da cidade sobre o campo (1977, pp. 223-224). No quarto capítulo será abordado com mais detalhe a reação da população a estas medidas.

Com a queda da Monarquia e a ascensão do Partido Republicano, aconteceu de facto grande renovação dentro do poder legislativo em Portugal. É normal que uma parte significativa dos portugueses se tenha apercebido que ao se juntarem à maçonaria poderiam ascender nas suas vidas pessoais, uma vez que a maçonaria era o mais importante grupo de pressão que existia antes da Implantação da República (Oliveira Marques, 1988, p.61). A ascensão na carreira profissional, era por si só um grande incentivo para ingressar na obediência, o que justifica este aumento significativo no número de irmãos dentro da maçonaria. Esta renovação em cargos da função pública aconteceu de facto, o que é natural quando se trata de uma mudança de regime, em consequência, os maçons ocuparam espaços que outrora estavam associados à Igreja, tais como, misericórdias, asilos, e instituições de beneficência, que passaram a ser dirigidos por lojas e triângulos locais (Ventura, 2020, p.308).

A relação entre a República e a maçonaria era bastante íntima, uma vez que no Governo Provisório metade dos ministros eram maçons, algo que pouco se alterou no decorrer da I República. Quanto à Presidência da República essa percentagem era mais elevada, uma vez que em quase dois terços do tempo a que correspondeu a I República o cargo de Presidente foi ocupado por algum membro da obediência, entre eles Bernardino Machado, Sidónio Pais e António José de Almeida (Oliveira Marques, 1988, p. 62).

Em França este número chega a ser ainda maior rondando os 60% antes da segunda mundial. Assim nas palavras de Bauer:"Avant l'occupation, 60 % de la classe politique française était franc-maçonne"(Bauer, 2004, p.27):À semelhança do que aconteceu em Portugal, os maçons estavam presentes em todos os partidos políticos, da esquerda a direita, cooperando em várias iniciativas como a criação da Sociedade das Nações Unidas. (Bauer, 2004, p.27)

O Grande Oriente Lusitano Unido caracterizava-se por ser um grupo extremamente restrito e seletivo; tal pode ser empiricamente comprovado se analisarmos a proporção de maçons em cargos do governo comparativamente com a população portuguesa. Segundo os censos de 1911 o número de habitantes em território nacional encontrava-se nos 5.960.056 (Censos, 1911, p.9),

ou seja, dos quase 6 milhões de portugueses, em Março de 1911, a maçonaria contava com pouco mais de 3 mil membros; isto significa que, 0.054% da população portuguesa detinha metade dos cargos políticos no ministério. Porém, o número mais elevado de obreiros fora atingido em 1913, "e, em igual mês (Dezembro) de 1913, atingira a cifra de 4341, o momento mais alto em termos quantitativos durante toda a Primeira República" (Ventura, 2002, p.309). Mesmo considerando este número, a percentagem de maçons sob o número total de habitantes situa-se nos 0.073%. Isto indica que existe uma grande probabilidade de não encontrarmos um único maçom, num grupo de mil portugueses. Todavia, a maçonaria só aceitava pessoas que soubessem ler, sendo maiores de idade, portanto, apenas faz sentido fazermos esta comparação dentro da população letrada e com maioridade, uma vez que estes cargos também eram exercidos dentro desses parâmetros. Em 1911, a população que sabia ler situava-se nos 1.481.978 (Censos de 1911, p.361). Desta população apenas 0.215% eram maçons, o que continua a ser um número bastante restrito. Porém, este poderá estar subvalorizado, uma vez que aqui estão incluídos os maiores de 7 anos, o que inclui menores de idade. Mesmo assim, este número continua a estar longe de perfazer 1% da população letrada.

Esta percentagem pode ser baixa quando enquadrada na população portuguesa, mas, quando falamos em números absolutos, é visível o crescimento exponencial com que o GOLU teve de lidar, acarretando-lhe novos desafios. Existe, assim um claro paradoxo: este rápido crescimento só foi possível graças à vontade da maçonaria em querer admitir mais membros, existindo uma política deliberada para que a obediência se expandisse como mostra o decreto 148 do verão de 1911:"ou seja para a Ordem ou para o país, onde os Grandes Orientes tenham erguidas as suas colunas, ao Poder Governamental, ou aos respetivos Corpos Superiores correspondentes, compete estudar e orientar os trabalhos(...) Considerando que os trabalhos isolados, na maior parte dos casos, são forças que se perdem(...) Artigo 1: O Pais será dividido em zonas de propaganda (Decreto 148, 1911). Era pois necessário expandir e orientar as novas lojas e triângulos que se formavam por todo o país de modo a garantir a continuidade da República, através de uma propaganda difundida por essas oficinas, embora esse crescimento rápido fosse contestado por certos maçons, uma vez que a ordem sempre foi bastante restrita. O assunto começou a ser levantado logo em Agosto de 1911, pouco depois de ser emitido o artigo anteriormente citado: "o número de Obreiros que frequentam as Oficinas da Obediência, segundo informações colhidas, não corresponde ao número de pedidos dirigidos constantemente ao Poder Governamental (...) se está muitas vezes patrocinando a causa de Irmãos que, pelo seu pouco amor a nossa Augusta Ordem e abandono dos nossos trabalhos, não merecem proteção maçónica" (decreto 163, 1911). O GOLU quis crescer e aumentar a sua

influência numa altura em que a República necessitava de se afirmar, contudo, esse crescimento levou a uma falta de controlo sobre os irmãos, pois já não se sabia quais eram os membros que mereciam ver os seus pedidos atendidos por participarem regularmente nos rituais maçónicos, ou quais eram aqueles que apenas pertenciam à ordem, mas não eram assíduos e ainda assim queriam colher os mesmos benefícios. Este mal-estar motivou várias críticas, que geraram a necessidade do conselho agir sobre a entrada exponencial destes novos membros, que punha em causa até a própria estabilidade financeira dos novos obreiros, como se infere quando em abril de 1912, Aníbal Pinheiro propôs um maior escrúpulo na admissão de profanos, devido a possibilidade dos mesmo não terem condições de pagar cotas (Pinheiro, 1912).

É de salientar que estas críticas têm sólidos fundamentos. Cruzando os dados de Oliveira Marques e Ventura, vemos que entre Março de 1911 e Dezembro de 1911, o número de obreiros passou de 3192 para 3971, ou seja, foram assimilados 779 novos membros, ou 24.41% da sua população em apenas 9 meses. Porém, o Conselho da Ordem só em 1916, se manifestou sobre o assunto desta rápida expansão, quando dois anos antes, teve o número máximo de obreiros: 4341. Em causa estava um maior controlo quanto a novas admissões, pelo excesso de entradas no período após a Implantação da República, sendo que estas nem sempre eram vantajosas: "Devemos admitir só elementos que possam trazer para a nossa Augusta Ordem algum prestigio" (Conselho da Ordem, 1916). Paralelamente, também podemos assistir a um fenómeno similar a ocorrer dentro do PRP, e com os desafios idênticos para o Partido. Segundo Pulido Valente, começou a existir uma separação entre os republicanos que tinham ingressado no Partido antes do 5 de outubro e os que chegaram após (2010, p.18), com o objetivo de valorizar os que estavam no Partido há mais tempo, sendo os demais vistos como aproveitadores:" Aos antigos monárquicos deu-se o nome irrisório de *adesivos*" (Pulido Valente, 2010, p. 19).

A relação entre as lojas e triângulos maçónicos espalhados por todo o país e os órgãos do PRP a nível distrital eram bastante similares, em Lisboa dos cinco membros da comissão distrital, quatro eram maçons ativos, em Coimbra existia um igual número de maçons, em Leiria, no Porto e em Santarém esse número descia para três, e as comissões de Aveiro e Beja eram lideradas por maçons (Ventura, 2020, p.295).

Contudo, o poder local não ficou só nas mãos dos maçons. Com a Implantação da República deu-se o caso de na província as delegações dos partidos monárquicos se converterem ao Partido Republicano, algumas vezes, tal era feito na totalidade (Pulido Valente, 2010, p. 18). Se estes se converteram ao Partido Republicano surge a hipótese dos caciques locais se terem convertido à maçonaria, dando-se o caso de muitas zonas do interior passarem a ter novas lojas

e triângulos, com novos membros. Porém, tal não se verificou, dado que os novos membros do GOLU, integravam maioritariamente as profissões dentro do comércio, construção, finanças e indústria. Os proprietários só aparecem na quinta posição, relativamente às profissões dos novos obreiros, com apenas 6.4%, tendo uma maior incidência em Coimbra e Santarém (Dias, 1984, p. 225-228). Mesmo entre os maçons mais antigos existem raras exceções de proprietários rurais que se destacaram na obediência e na vida do país, nomeadamente José Relvas. Segundo Pulido Valente os caciques apenas mudavam de nome e integravam um dos partidos da República para continuarem a guerrear-se (2010, p,18). Isto reforça a ideia de não ter havido nenhuma transformação sociológica no interior do país, que continuava com os seus caciques locais, pouco alfabetizado, muito religioso e com fraca presença da maçonaria, apesar desta se encontrar no seu auge.

Como fica demonstrado, a nível local é possível ver que os laços entre o Grande Oriente Lusitano e o Partido Republicano eram fortes e reforçaram-se após a Implantação da República, como tal o GOLU comungava de uma doutrina de defesa do regime republicano de possíveis ameaças internas e externas, até antes do mesmo ter sido estabelecido.

A política externa de Magalhães Lima começou logo em 1909, em Junho desse ano, recebendo o GOLU boas notícias vindas de Londres:" *a prancha* expressava a intenção da Maçonaria inglesa de proceder à atualização dos seus ficheiros, estabelecendo quais as obediências estrangeiras reconhecidas para efeitos de contacto oficial. Nesse "largo número" de potências abordadas incluía-se o Grande Oriente Lusitano" (Morais, 2025, p.93). Em Setembro de 1909, Magalhães Lima fez uma viagem ao Reino Unido, para garantir vias de entendimento com a maçonaria inglesa, cujo Grão-Mestre era o Duque de Connaught, príncipe de Inglaterra, membro da família real, como manda a tradição inglesa (Morais, 2005, p. 91-93). Em 1910 Magalhães Lima voltaria a Inglaterra, mas não sem antes passar pela França. O Grão- Mestre foi fundamental para estabelecer contactos pelo cargo que detinha na maçonaria e por estar bem conectado na imprensa, no entanto, viajou a título do Partido Republicano. A delegação era composta inicialmente por José Relvas, Bernardino Machado e Magalhães Lima. Bernardino Machado acabou por não a integrar, por razões desconhecidas, sendo substituído por Alves da Veiga (Ventura, 2011, p.82). A ida a França não oferecia qualquer problema, contudo, a ida a Grã-Bretanha poderia afigurar-se mais desafiante devido às boas relações entre as famílias reais (Ventura, 2011, p.82).

Tendo este panorama em vista, a delegação não perdeu tempo, chegando a Paris em junho, começando por estabelecer contactos com a imprensa de vários países, nomeadamente, França,

Bélgica, Itália, Reino Unido, Estados Unidos e Brasil, onde publicaram um manifesto que culpava a Monarquia pela decadência do país (Relvas, 1977, p.83). O manifesto era baste duro nas suas críticas, algo visível pela forma como se dirige ao papel do Rei e ao peso da casa real na vida politica e económica de Portugal : " un roi ignorant et inexpérimentée, subissant l´influence d´un entourage réactionnaire et clérical, la mauvaise gestion des affaires révéleé sans réfutation possible par les avances du trésor public à la famille royale ainsi qu´aux clientèles politiques, par l´accroissement des dettes et des impôts" (Relvas, 1977, p.85).

Após a publicação do Manifesto, começaram a realizar-se as missões diplomáticas, segundo Relvas, A. Tardieu, do Le Temps e Jean Herbette do Le Siècle e de L´Action, ambos jornais franceses, facilitaram a aproximação com figuras do Estado, sendo recebidos por M.Eitenne vice-presidente da Câmara dos deputados e pelo parlamentar Joseph Reinach (Relvas, 1977, p.89). Já em Londres pela apresentação do Partido Republicano ficou por conta de D.Braham do Times e de H.Horst do L´Economist que facilitaram uma entrevista com Sir. Mac Kinwood, deputado e subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (Relvas, 1977, p.90).

Para Magalhães Lima as entrevistas em Londres foram bastante profícuas. No *Foreign Office* foi exposto o facto da República ser inevitável, ao qual apelaram à Inglaterra pela manutenção da aliança. Seguiu-se a visita à imprensa Inglesa que acolheu bem os portugueses, tendo Llyode George disponibilizado colunas no seu jornal, o *The Nation*, para a publicação de uma proclamação. (Magalhães Lima, 1927, p. 185). A nível interno era necessário consolidar a República, algumas medidas eram pensadas a curto prazo, como a propaganda na Imprensa, outras tinham uma visão de longo prazo no caso do ensino público.

A imprensa foi um grande aliado da República antes e após o 5 de Outubro, pois a maioria dos jornais de teor político eram republicanos e este tipo de periódicos perfazia 48% de todos os jornais vendidos à época. Uma vez estabelecida, a propaganda era fundamental no sentido de defender a República de possíveis ameaças vindas da Monarquia.

O medo de que a monarquia pudesse voltar ao poder era real e justificado, uma vez que a população republicana estava concentrada nas cidades. Com ironia, disse, Pulido Valente que 20 km de Lisboa e a 10 do Porto já quase não se encontravam republicanos e a 50km só por acaso (2010, p. 7). Tal acontecia, em parte, pela falta de gente capaz de promover a República no meio rural. Para além da falta de apoio no campo, os jornais revelam uma grande preocupação com as incursões monárquicas levadas a cabo por Paiva Couceiro.

Embora os debates entre os vários partidos republicanos tivessem uma linguagem agressiva, os jornais de teor político, debruçavam-se principalmente sobre o combate à Reação que era constituída pelos membros da antiga classe governativa, enquanto que, o ataque à oposição fica para segundo plano, como comprovado pelos dois jornais políticos mais relevantes a época. Assim, *"O Mundo"* cujo diretor era França Borges, fora iniciado em 1901, membro da Loja Montanha, uma das mais ativas e revolucionarias do GOLU, naturalmente, o jornal alinhava- se com os ideias do Partido Democrático. E *"A Luta"* de Brito Camacho, líder do partido mais à direita da República, com assento parlamentar, os Unionistas.

Este combate à Reação, ou por outras palavras, àqueles que não estavam de acordo com o regime republicano, era feito pelos dois periódicos tendo como foco várias questões concretas, entre as quais, a necessidade de aprovar Leis Anticlericais; as várias incursões Monárquicas de Paiva Couceiro; o papel dos jesuítas na sociedade; a necessidade de criar um sistema de ensino universal e as sucessivas revoltas populares, focando-se pouco ou nada na luta partidária, "*O Mundo"*, jornal associado ao Partido Democrático, só ataca diretamente Brito Camacho quando do inicio da discussão de questões fraturantes como a Primeira Guerra Mundial e a amnistia de 1914, e no que diz respeito ao jornal *A Luta* de Brito de Camacho o mesmo verifica-se.

Até 1914 não existe muita diferença entre estes dois jornais quanto aos seus posicionamentos, exceto o facto de *O Mundo* demonstrar uma linguagem mais agressiva do que *A Luta*, relativamente aos membros do clero e aos apoiantes de Paiva Couceiro. Tal fica em evidência numa notícia lançada três dias após o 5 de Outubro, quer seja pelo seu titulo quer pelo teor da mesma: "A seita reacionária escreveu ontem uma página da sua história das mais eloquentes e repugnantes. Desmascarou-se como um bando de criminosos loucos." (Os Jesuítas desmascarados como criminosos indignos de tolerância, 1910). Noutra noticia que anunciava a prisão de todos os frades e freiras, *O Mundo* refere que os mesmos serão presos, e que se encontram em "coios" de modo a caracterizá-los como inimigos da sociedade. Nos dias imediatos à Implantação República *A Luta* apenas sinaliza as mensagens vindas de outros países a parabenizar Portugal e lamenta a morte de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis à semelhança do que faz *O Mundo*.

Se o clero é alvo de censura por um e ignorado por outro, o mesmo não pode ser dito sobre a maçonaria, que é alvo de louvores pelo *O Mundo* e de censura pela *A Luta*. A início o jornal de Brito de Camacho não toma qualquer posição quanto a obediência. Porém em Fevereiro de 1914 estava a ser debatido a Amnistia política dada por Bernardino Machado a republicanos, monárquicos e membros do clero. Como tal surge o tópico das sociedades secretas, no qual Brito de Camacho propõe que todas as sociedades secretas fossem ilegalizadas. Embora não

fale especificamente da maçonaria, ou da carbonária, subentende-se que o discurso as visava, uma vez que estiveram diretamente envolvidas na Implantação da República. "O governo propõe que se amnistiem as sociedades secretas e os abusos de autoridade. Não pode ser. O governo, se não ignora a existência de sociedades secretas, só tem uma coisa a fazer – chamá-las aos tribunais como associações proibidas. As sociedades, que tem existência legal, podem tornar-se criminosas pela forma da sua atividade, mas as sociedades secretas, nos termos do código penal, são criminosas só pelo facto de existirem. A sua existência independentemente dos seus atos, é um crime. Pois bem; o governo legaliza essas associações, e nem sequer pensou que se elas, cá dentro, fizeram o terror, lá fora, como todos sabem, fizeram o descrédito da República." (Brito de Camacho, 1914).

Porém, Brito de Camacho também esteve no GOLU, iniciado em 1893, tendo se desvinculado da obediência em 1908, irradiado por falta de pagamento de cotas, poderá ter existido algum ressentimento para com a ordem, ou simplesmente já não se identificava com a mesma. Contudo, este tipo de discurso hostil para com as sociedades secretas reforçava a tese de que a maçonaria estava ligada às fações mais à esquerda da República, embora o negue, existindo publicamente um esforço por parte do GOLU de não se associar a qualquer entidade política, como pode ser visto pela ata de sessão de 16 de Setembro de 1912, que se encontra no Boletim Oficial:" O Irmão Ribeiro Júnior diz que constando ao Conselho que o chefe de um dos partidos políticos contrariava o movimento de propaganda iniciado pela maçonaria para a realização do empréstimo patriótico para a defesa nacional, com o fundamento de que o Conselho estava com o partido democrático, aproximou-se de um nosso Irmão influente daquele partido, destruindo tal suposição e afirmando que o Conselho da Ordem, como legitimo representante da Maçonaria Portuguesa, não estava com partido algum ou está com todos os partidos"(Ribeiro Junior, 1912). Através deste excerto podemos ver que já existiam tensões com os demais partidos, em apenas dois anos de República.

O Mundo, por outro lado, vai ter um discurso muito mais simpático para com as sociedades secretas, mais concretamente, a maçonaria. A 20 de Abril de 1911 deu-se a Lei de Separação do Estado e Igreja, logo a 22 *O Mundo* fez com que o papel da maçonaria fosse reconhecido: "Não quiseram os manifestantes esquecer a maçonaria portuguesa, e dirigiram-se então para o edifício do Grémio Lusitano, levando calorosas vivas à maçonaria portuguesa e ao dr. Magalhães Lima." (A separação da Igreja é acolhida com maior entusiasmo, 1911).

Uma questão essencial para definir o futuro da República prendia-se com as eleições, nomeadamente o sufrágio universal. No entanto, a opinião dos parlamentares, alguns deles

maçons, não é a mesma da própria maçonaria. Ainda no início da República *O Mundo* fez um inquérito ao qual responderam 155 parlamentares, sobre eleições municipais, as quais responderam negativamente, 93 parlamentares, sob os argumentos de que o povo era "*talassa",* ou estava influenciado pelos caciques e pelo clero (Pulido Valente, 2010, p.27). Já em 1913 Afonso Costa protagonizou um celebre discurso em que referiu que: "Se quiserem fazer eleições com analfabetos, façam-nas os senhores, porque eu quero fazê-las com votos conscientes… Indivíduos que não conhecem os confins da sua paroquia, que não têm ideias nítidas e exatas de coisa nenhuma, nem de nenhuma pessoa, não devem ir a urna, para não se dizer que foi como carneiros que confirmamos a República." (Pulido Valente, 2010, p. 38). Estas posições contrastam com as demonstradas pelo GOLU, em primeiro lugar por a maioria dos parlamentares se opor às eleições municipais numa fase inicial. Por conseguinte, a I República também estava longe de realizar um sufrágio universal tendo-se Afonso Costa demonstrado manifestamente contra o mesmo.

Por sua vez uma grande parte do GOLU defendia a democracia, sob uma visão positivista. Logo em 1911, Magalhães Lima emite uma mensagem onde a democracia é enaltecida: É preciso organizar, disciplinar, orientar a sociedade portuguesa, nos moldes de uma democracia pura, racional, positiva e humana (Lima, 1911). Outra voz sonante dentro do GOLU, é a do venerável de Loja, José Marcelino Carrilho, que vai mais longe ao apresentar uma proposta à Grande Loja, onde critica a falta de democracia praticada pelos vários governos da República, acusando-os de serem centralizadores: como tal propõe:" Uma lei eleitoral política, por escrutínio de lista, com representação proporcional para todo o Pais e Ilhas Adjacentes e cujas bases sejam sufrágio universal"(Carrilho, 1914).Esta crítica, logicamente fora feita a todos os políticos portugueses, bem como a todos os governos.

As primeiras eleições realizadas para a presidência da República foram indiretas, uma vez que só votaram os deputados da assembleia constituinte. Aqui surge a questão da eleição de Magalhães Lima. Embora o Grão-Mestre se tenha abstido de avançar com uma candidatura a loja Fiat Lux de Lisboa enviou uma circular a todas as lojas para que votassem em Magalhães Lima, não só pelo sacrifício pessoal que este demonstrou pela República, mas também pelos beneficio de que poderiam advir dessa decisão: "todas as Lojas deste Oriente, com a força das respetivas colectividades dentro da nossa Ordem e com o trabalho individual de cada um dos seus Obreiros no mundo profano, preconizem as vantagens que à República e ao País e à Maçonaria adviriam, do facto da eleição presidencial recair sobre o nosso Sapientíssimo Grão-mestre Dr. Magalhães Lima,"(Ventura, 2011, p.60). Todavia, paira uma dúvida sobre os motivos

de Magalhães Lima não ter prosseguido com a candidatura, uma vez que o seu nome fora sugerido, segundo o próprio, não o poderia fazer devido a questões de saúde: "Que não sou ,porém, candidato prova-se facilmente com este meu isolamento a que a saúde me forçou e onde mal chegam os ecos da agitada luta presidencial" (Ventura, 2011, p. 64).Todavia, existiu sempre a preocupação de ser um candidato que pudesse conciliar todas as sensibilidades dos republicanos, algo que dificilmente seria, por estar associado a medidas mais fraturantes, ou como o mesmo diria por ser democrata de mais: "Alguns correligionários graduados, certamente na melhor das intenções pensam porém o contrário, pois me acham democrata demais"(Ventura, 2011, p. 65). Por outro lado Magalhães Lima sabia que não reunia os apoios necessários por parte dos deputados, mesmo sendo Grão-Mestre e sabendo também que uma grande parte da assembleia era composta por maçons. "Aí, seguro do apoio da grande maioria dos deputados, é que eu resolveria, porquanto tenho a impressão que a futura presidência deva ser uma questão de união e de defesa da República" (Ventura, 2011, p.65) Não obstante, a candidatura foi lançada mesmo à revelia do próprio e os resultados mostraram-se muito desanimadores. Manuel Arriaga ganhou com 121 votos, em segundo apareceu Bernardino Machado com 86, Magalhães Lima apenas contou com um voto, facto que deixou desconcertada a Loja Obreiros do Trabalho que protestou perante as demais lojas, uma vez que os interesses pessoais se sobrepuseram aos interesses da Ordem (Ventura, 2011, p.67). Como será demonstrado mais adiante, esta foi a primeira de muitas situações em que os interesses pessoais estiveram acima dos da obediência, bem como a existência de uma clara falta de solidariedade maçónica que não permitiu ao GOLU ter a influência que desejaria junto do governo.

Até Outubro de 1911 não existia mais nenhum partido para além do PRP. Era inevitável uma guerra pela direção do Partido, na qual Afonso Costa saiu vitorioso, devido à polarização em torno da Lei de separação da Igreja do Estado, que se alinhava com o interesse de um número maior de republicanos. António José de Almeida e os moderados acabaram por perder o lugar cimeiro, Brito Camacho, na altura ministro do fomento, também era uma voz sonante em torno da moderação, tanto um como outro saíram e formaram os seus partidos. Porém, existia uma grande dificuldade em se afirmarem como alternativas viáveis, em primeiro lugar, ambos estavam a lutar contra uma máquina de propaganda, herdeira da República, em segundo, as suas ideias não penetravam no campo que permanecia católico e monárquico (Pulido Valente, 2010, p.22-23).

Nas eleições de 1913 os democráticos conseguiram a maioria na câmara dos deputados, mas não no senado. Como tal dependiam de evolucionistas e unionistas para poderem governar, porém, acabaram por perder o apoio dos unionistas e como tal, Arriaga decidiu chamar os três líderes dos partidos em questão para que houvesse um entendimento, chegando a propor tréguas entre os três, bem como a discussão do orçamento, a revisão da lei de separação e uma amnistia (Samara, 2012, p. 81). Afonso Costa demite-se e é substituído por Bernardino Machado.

Bernardino Machado sobe ao poder no inicio de 1914 e faz cedências aos mais moderados, para poder viabilizar um governo "A 19 de Fevereiro, rilhando os dentes, o PRP teve assim, de votar cristãmente o perdão dos seus inimigos: 572 presos e 1700 emigrados, ou seja, mais de 2000 odientos indivíduos" (Pulido Valente, 2010, p.49).*O Mundo* adotou uma posição bastante parcial e politizada, uma vez que a amnistia para republicanos era considerada justa, por estes terem defendido a liberdade, mas quando se tratava de Monárquicos, estes eram vistos como uma ameaça perigosa que tinha de ser controlada. Vejamos primeiro como *O Mundo* aborda a questão dos amnistiados monárquicos: "A amnistia é uma precipitação que há de pagar-se cara (…) ela, que tem de nos ser nefasta, resultará também, em todo o sentido, inútil, suspeitosa, mesquinha, quase miserável. Todos os conspiradores devem ser julgados." (Lopes de Oliveira, 1914). Quanto aos republicanos amnistiados, o discurso muda totalmente, acabando mesmo por relativizar os crimes por estes cometidos: "umas opiniões se manifestaram sobre a inconveniência de serem amnistiados dedicados e fiéis republicanos que, no combate às conjuras, acaso tivessem praticado quaisquer exageros." (Comediantes, 1914). Já *A Luta* é mais comedida nas suas palavras: "Melhor do que ninguém ele (o governo) possui as informações necessárias, tanto no que diz respeito à vida interna, como no que respeita à vida externa, para saber até que ponto, em um dado momento, é vantajoso ou sequer inofensivo, dar uma ampla amnistia." (Brito de Camacho, 1914). É nesta altura que Brito de Camacho lança as acusações, mencionadas anteriormente, sobre a amnistia feita às sociedades secretas, acusando as mesmas de serem criminosas por simplesmente existirem.

Por fim, a última forma de tornar a causa republicana mais apelativa para a população era através do ensino, que começou a ser promovido pelo GOLU através de várias instituições, como a academia de Estudos Livres, em 1889, a Liga Nacional de Instrução em 1907 e o Vintém das Escolas, que ganhou vida em 1898, por uma proposta aprovada pelo conselho da ordem e adotada em 1900 no congresso Maçónico do Porto. O Vintém das Escolas era um periódico que operou entre 1902 e 1906 e que mais tarde se transformou numa associação de ensino (Ventura, 2020, p.269-270).

Desde 1900 que o objetivo era claro, o artigo 1º estipula que o periódico está a cargo do Grémio Lusitano, é destinado a instrução popular e custa 20 Réis, no artigo 13 está descrito a forma como o Vintém iria funcionar, estava previsto uma federação de escolas laicas, com uma cantina social e até facilitando assistência médica em caso de doença (*Bases do Estatuto da instituição O Vintém das Escolas, 1900),* ou seja, este projeto tinha um trabalho mais complexo do que ser uma simples instituição de ensino, uma vez que ajudava as crianças mais carenciadas ao fornecer-lhes comida e assistência médica.

Em síntese, neste capítulo foi abordada a forma como a maçonaria promoveu o ideário republicano, através da sua presença na imprensa portuguesa e na propaganda empreendida junto da imprensa internacional. Contudo, mesmo tendo trabalhado em prol da República, as lojas mais ativas da maçonaria não obtiveram os resultados pretendidos, uma vez que, a eleição para a presidência em 1911 do Grão-Mestre Magalhães Lima fracassou. A conclusão desde capítulo reside no papel indispensável prestado pela maçonaria na Implantação da República portuguesa, pelos fatores já mencionados, pelo seu fracasso junto dos poderes governativos e por não existir unidade maçónica, uma vez que, os interesses partidários se sobrepunham aos interesses maçónicos.

Capítulo IV- A Lei da Separação do Estado e das Igrejas e o Anticlericalismo

A Lei da Separação do Estado da Igreja foi a grande bandeira do GOLU. Como tal é necessário analisar o porquê da mesma ter sido tão elogiada e defendida dentro da instituição, bem como, investigar a possibilidade do GOLU ter exercido influência junto dos poderes políticos para que esta lei fosse aprovada, e uma vez aprovada, não fosse alterada. Existiram outras propostas laicizadoras para além da Lei de Separação da Igreja do Estado, sendo que a maçonaria também exerceu a sua influência junto do Governo Provisório, forçando-se mais sobre umas que sobre outras, importa, portanto, destrinçar cada uma: o regresso das Leis de Pombal, que permitiu a expulsão dos jesuítas; a Lei do Casamento; a Lei do Divórcio; o Registo Civil e, por fim, a Separação da Igreja e do Estado.

O anticlericalismo era defendido pela a maçonaria ainda antes da Implantação da República. Porém, quando o conselho da ordem mudou com a entrada do novo Grão-Mestre em 1907, esse anticlericalismo começou a ficar mais saliente, devido à mudança interna operada no seio da ordem, algo que fica patente pela mensagem de Magalhães Lima ao Povo Maçónico, ao apelar a uma maçonaria mais ativa na sociedade: "A principal missão da maçonaria nos tempos presentes, é assentar todo o seu trabalho em persistentes e fortes alicerces de instrução cientifica, laica, moral e cívica" (Lima, 1907, p.12). Esta luta contra a influência do clero foi vista pelo Partido Republicano não como algo extremamente necessário para Portugal, mas sim para República, de modo a esta se diferenciar da Monarquia. "Era preciso estabelecer uma linha divisória de carácter político, de maneira que a República não fosse sufocada pelos conservadores, e essa linha só podia ser o anticlericalismo" (Pulido Valente, 2010, p. 19). É aqui que as ações dos republicanos vão satisfazer as preocupações dos maçons. No próprio mês da revolução aplicaram-se as leis de Pombal e expulsaram-se as ordens religiosas, através do decreto de 8 de Outubro, em Novembro publica-se a Lei do Divórcio, em Dezembro a Lei do Casamento, em Fevereiro de 1911 a Lei do Registo Civil e, em Abril de 1911, sai a Lei de Separação do Estado e das Igrejas. Mais, adiante todas estas medidas irão ser analisadas. Dado este clima favorável aos anticlericais não são de admirar as afirmações de Borges Grainha em 1913:"De um lado os Jesuítas e os Clericais, do outro a Maçonaria e o Partido Republicano (…) Mas no fim de contas a Maçonaria e o Partido Republicano venceram o jesuitismo e o clericalismo na proclamação da República (…) o decreto da Separação da Igreja do Estado,

minuciosamente estudado e preparado pelo grande homem de Estado e verdadeiro maçom Afonso Costa." (Borges Grainha, 1913, p. 183-185). Segundo esta visão romântica, Borges Grainha acaba por não dissociar a maçonaria da República, o que é um erro, embora estes governantes fossem maçons e estivessem a aprovar legislação que ia de encontro aos interesses da ordem, isso não garante a existência de uma influência direta na legislação.

Como fora mencionado anteriormente, durante a I República metade dos ministros que passaram pelos seus vários governos eram maçons, porém, Ventura argumenta, que o GOLU não tinha qualquer poder de decisão sob as ações do governo, exemplo disso foi quando Afonso Costa apresentou a lei da separação ao Conselho da Ordem, que apenas consistiu em informar a maçonaria e não em discutir a lei (Ventura, 2020, p. 312-313). Todavia, o simples facto de apresentar uma lei antes da mesma "ser presente ao Conselho de Ministros" constitui a atribuição de informação privilegiada ao GOLU, mesmo tratando-se de um ato de mera cortesia e consideração para com a obediência. A reação do GOLU foi bastante aclamada por esta Lei estar de acordo para com os princípios da Ordem: "Os irmãos Afonso Costa e António José de Almeida e todo o Governo da República têm cumprido, não só o programa do Partido Republicano, mas também o nosso programa maçónico, tendo até o Ministro da Justiça tido a amabilidade de convidar o poder Governamental da nossa Augusta Ordem para tomar conhecimento da Lei de Separação, antes de ser presente ao Conselho de Ministros." (Grande Chancelaria Geral da Ordem, 1911). Este foi definitivamente o momento em que o GOLU esteve mais perto de exercer uma influência real para com o Governo em toda a República Velha e mesmo assim já estava a ter os seus desgostos:" aos irmãos que estão no governo provisório o desgosto que sentem por, nas diferentes medidas legislativas por eles publicadas, não terem tido em consideração a Maçonaria, ouvindo-a como era seu dever." (Ventura, 2020, p. 312).

Quando falamos das várias leis anticlericais que criavam celeuma no seio da sociedade, temos de ter em conta que existia uma grande parte da população portuguesa que não era muito religiosa. É importante questionarmo-nos sobre qual é o nível de religiosidade da sociedade portuguesa em inícios do século XX. Oliveira Marques argumenta que, embora a esmagadora maioria se considerasse católica, muito dificilmente mais de metade se declarasse clerical (1977, p.220), ou seja, os portugueses eram bastante crentes, mas pouco devotos, "No mais, a atitude do homem português, na sua maioria, era de franco afastamento religioso, quando não de ateísmo prático. Este fenómeno acentuava-se nas cidades e atenuava-se nos campos (…) Ganhava sobretudo as classes médias, os intelectuais e o operariado" (Oliveira Marques, 1977,

p. 221). Os membros da maçonaria encontravam-se nas classes médias e entre os intelectuais, o que ajuda a explicar a sua falta de religiosidade.

Tendo tudo isto em conta, não é de admirar que uma grande parte da população urbana quisesse uma maior laicidade. Surgem, assim, várias leis nesse sentido. O decreto de 8 de Outubro de 1910 não acrescenta nada de novo, uma vez que apenas retoma as Leis de Pombal de 1756, cujo objetivo era expulsar os jesuítas de Portugal.

Em Novembro surge a Lei do Casamento, onde a questão da secularização é evidente, uma vez que este passou a ser um contrato validado por um oficial do Registo Civil, o que significa que a validade dos casamentos católicos estava dependente do Registo Civil (Brigas, 2024, p. 109). Tal como mostra o artigo 2º "Este contrato é puramente civil e presume-se perpetuo, sem prejuízo da sua dissolução por divórcio, nos termos do decreto com força de lei de 3 de novembro de 1910."(Lei do Casamento, Portugal, 1910) Porém, foi a Lei do Divórcio que causou mais atrito na sociedade portuguesa. Enquanto que a Lei do casamento teve poucas reações por parte da imprensa Republicana e por parte da imprensa conservadora cristã, o mesmo não pode ser dito quanto ao divórcio. O jornal *A Verdade*, muito critico dos republicanos e da maçonaria relatava: "já há muito me quer parecer que o divórcio é uma arma de que se serve a maçonaria para atacar a Família e agredir a Igreja. (...) Nenhum cristão, digno deste nome, pode servir-se do divórcio, que não passa de uma indignidade, de uma torpeza, de uma fonte contínua de confusão e de escândalo, abalando pelo seu fundamento a base da Família, legalizando as uniões ilícitas. Não separe o homem o que Deus uniu, são palavras muito claras de Jesus." (Serrano,1914). Já por sua vez, *O Mundo*, refere-se ao divórcio como uma grande conquista e dá exemplos de vários países europeus onde a Lei do divórcio já é aplicada, sobre determinados casos, sendo o adultério um denominador comum entre todos esses países (Divórcio. 1910). No Boletim Oficial o Divórcio e o Casamento são poucas vezes referidos. Todavia, quando o são é num sentido de louvor para com estas leis, tal como nos mostra a seguinte mensagem emitida pela grande chancelaria geral da Ordem: "O Governo da República acaba de publicar a Lei de Separação do Estado das Igrejas, corando assim brilhantemente a obra da libertação das consciências já encetada com a expulsão das ordens religiosas e com a publicação das leis da família, do divórcio, do registo civil e da instrução laica, as aspirações antigas da Maçonaria, que hoje vê, finalmente, realizadas." (Grande Chancelaria Geral da Ordem,1911). As leis do casamento e do divórcio ao contrário do que acusa o Jornal *A Verdade*, prosseguiram sem a influência da maçonaria, pois não existiu qualquer propaganda em torno

destas leis por parte da obediência, quanto à expulsão dos jesuítas. Tal é mais controverso uma vez que estas leis já estavam em vigor, ao serem implementadas pelo Marquês de Pombal. Porém, não eram aplicadas, chegando até a ser revertidas à revelia da lei, como foi dito anteriormente no subcapítulo "O pensamento liberal na maçonaria", quando em 1829 no reinado de D. Miguel as congregações religiosas, onde se incluíam os jesuítas, regressaram a Portugal (Serrão & Oliveira Marques, 1991, p.326). Existiu de facto pressão de alguns maçons para que se procedesse à expulsão dos jesuítas, especialmente pela criação da Associação Liberal de Coimbra, fundada em 1875, com fortes influências maçónicas, na sequência da entrada de missionários estrangeiros naquela cidade, (Catroga, 2001. p. 274). A associação fora impulsada por maçons e positivistas, sem, porém, estar afiliada a algum partido político, tendo como objetivo alertar para a defesa das leis anti congregacionistas e mobilizar a opinião pública para estes valores. A associação teve filiais no Porto e na Covilhã (Catroga,1988, p.212-213), embora tenha exigido a interferência direta de maçons, é difícil implicar a obediência diretamente com a criação e o controlo de algumas destas associações. Mais adiante irá ser analisado de que forma o GOLU estabeleceu contacto entre todas elas.

A lei do Registo Civil está enquadrada com a sequência de propostas laicizantes promovidas pelo governo provisório da Primeira República. Antes de se analisarem as suas consequências e implicações para com a sociedade é necessário olhar para aqueles que lutaram por ela, como a Associação Promotora do Registo Civil, que nasceu de uma petição ao Rei assinada por 500 individualidades em que se solicitava a promulgação do casamento civil (Catroga, 2001, p.285). A promoção destas ideias só começava a ser feita no final do século XIX em Portugal, porém, a execução deste tipo de legislação foi originária do pós-revolução francesa, onde o Estado ficou encarregue do controlo estatístico de nascimentos, casamentos e óbitos, algo que ficava anteriormente a cargo da Igreja (Catroga, 2001, pp. 277-278). Para Catroga as ligações entre a Associação Promotora do Registo Civil e a maçonaria são bastante evidentes: "parece evidente a existência de relações estreitas entre a Associação e algumas lojas maçónicas mormente com a irregular oficina Obreiros do Futuro (…) a Associação do Registo civil não passou de agrupamento emanado do Grande Oriente Lusitano Unido, afim de este melhor desenvolver a sua ação anticlerical no seio da sociedade profana" (Catroga, 2001, p. 334). Catroga não é o único a salientar a relação de dominância que existia da maçonaria perante a Associação: "A Maçonaria teve ainda um papel activo na propaganda laica através da Associação Liberal Portuguesa e da Associação do registo Civil" (Ventura, 1994, pp.349-350)

e Oliveira Marques refere a direta ligação no Dicionário de Maçonaria Portuguesa: “Sociedade fundada pela Maçonaria em Lisboa, em Agosto de 1895” (Oliveira Marques, 1986, p. 117).

Neste sentido, a implementação do Registo Civil foi uma das bandeiras mais importantes do GOLU de modo a tornar o Estado laico. Em Março de 1910, numa mensagem à Grande Dieta, Magalhães Lima escreve: “Que imediatamente seja publicada uma lei que torne o registo civil obrigatório” (Lima, 1910). Isto antes da República ser proclamada e note-se que a maçonaria era muito reservada quanto a este tipo de exigências, tendo apenas uma linguagem mais agressiva para com o poder político em assuntos mais fracturantes como a Lei de Separação.

O Registo Civil surge por fim em 20 de Fevereiro de 1911, com o objetivo de dar mais competências ao Estado e menos à Igreja: “O Ensino da “doutrina cristã” nas escolas primárias foi banido e instituído o registo civil obrigatório, para que os cidadãos pudessem nascer, casar e morrer sem prestar contas à Igreja católica cujos registos paroquiais tinham sido até então a única forma de solenizar e documentar esses acontecimentos.” (Ramos ,1994, p.407). Como tal surge o artigo 2 que estipula o seguinte: É obrigatória a inscrição no registo civil dos factos essenciais relativos ao indivíduo e à família, e a composição da sociedade, nomeadamente dos nascimentos, casamentos e óbitos.” (Lei do Registo Civil, Portugal, 1911). E Estando assim o Estado mais presente na vida dos cidadãos. Em consonância com este surge o artigo 8:”No dia em que entrar em vigor o presente código dos livros do registo paroquial existentes em poder dos párocos serão por estes encerrados no estado em que se encontrem e neles não se poderá escrever-se mais coisa alguma, o que será averiguado nos primeiros quinze dias posteriores por qualquer autoridade judicial, administrativa, do Ministério público, ou dos registos civil, sob pena de apreensão imediata pela autoridade que verificar a infração(...)” (lei do Registo Civil, Portugal, 1911) A Igreja deixava de estar tão presente na vida dos cidadãos, pois a partir daquele momento não era necessário a obrigatoriedade de frequentar o templo para registar um nascimento ou um óbito, tal medida poderia parecer simbólica, todavia esta trazia uma enorme praticidade ao Estado português que passará a ser o único detentor dos registos civis de todos os seus cidadãos. A Lei do Registo Civil reforçava as leis do casamento e do Divórcio uma vez que a Igreja não necessitava de reconhecer um casamento para ele se celebrar e mais importante um divórcio para que este pudesse ser consumando, podendo uma pessoa divorciada voltar a casar sem o consentimento do padre.

Antes destas medidas serem aprovadas já existia uma grande pressão da sociedade civil, principalmente nos centros urbanos, para que tal legislação fosse posta em prática, ou

simplesmente cumprida. Neste sentido, surgiu a manifestação anticlerical de 2 de Agosto de 1909, um evento assinalável pela sua dimensão e que contou com a presença da maçonaria e de um grande número de organizações com ligações à mesma, entre as quais a Associação Promotora do Registo Civil, a Associação dos Lojistas, grupos republicanos e socialistas, sendo organizada pela Junta Liberal. Todavia, nenhuma delas obedecia diretamente ao GOLU, ao todo estiveram presentes 100 mil pessoas (Catroga, 1988, p. 237). Para uma manifestação conseguir juntar aproximadamente uma centena de indivíduos, em inícios do século XX, onde os meios de difusão de informação eram extremamente limitados, esta tinha de partir por parte de uma grande instituição, ou por outro lado, a iniciativa tinha de ser originária de uma organização bem conectada e com forte poder de propaganda. A obediência não teria mais que 3 mil membros, uma vez que essa marca só foi ultrapassada após o 5 de Outubro, mas tinha obreiros que estavam noutras organizações. Embora a manifestação tenha sido promovida pela Junta Liberal, o elo mais forte de ligação entre todos estes movimentos era a maçonaria, algo visível se forem analisados brevemente todos movimentos. A Junta Liberal, já mencionada no presente trabalho, foi reanimada em julho de 1909, apenas um mês antes da manifestação por Miguel Bombarda, que era maçon, bem como outras personalidades ligadas à obediência.

A Associação Comercial de Lojista de Lisboa tinha ligações com a maçonaria através de José Pinheiro de Melo, que ocupou um dos cargos mais elevados dentro da associação (Borges Grainha, 1913, p.156), Pinheiro de Melo foi membro do Conselho da Ordem do GOLU, muitas das circulares emitidas pelo Conselho da Ordem foram redigidas pelo próprio. Por fim, a Associação Promotora do Registo Civil, como fora dito anteriormente tinha relações com lojas maçónicas e era controlada pelo GOLU.

Se o objetivo era mobilizar a opinião pública, tal foi conseguido descrevendo o jornal *O Século* a manifestação como sendo algo que já não se via há muito, dando legitimidade às questões defendidas pelos manifestantes: "Restabelecimento das leis contrárias à fixação e funcionamento em Portugal das congregações religiosas(...) Essa maioria, que há dois dias votou a proposta da lei das casas baratas, permitindo às congregações religiosas a posse (…)" (A Grande Romagem liberal de ontem. Tumultos no Parlamento, 1909). Logicamente, aprovar uma medida que pudesse beneficiar o clero em Portugal numa altura em que o anticlericalismo crescia, não foi uma estratégia acertada por parte do governo, ainda para mais estando a monarquia fragilizada com a presença de um rei jovem e inexperiente.

É de salientar que *O Século* era o jornal com mais tiragem em Portugal nesta época, sobretudo em Lisboa, juntamente com *O Diário de Notícias e O Mundo* (Barros, 2021 p.20). *O*

Mundo tem posições extremamente críticas da Igreja como já fora mencionado, ou seja, dos três jornais mais vendidos, dois deles trazem uma visão favorável às questões anticlericais, condicionando fortemente a opinião pública dos lisboetas.

A Lei de 20 de Abril de 1911 vai englobar vários artigos que são especialmente penalizadores para a Igreja em Portugal. Segundo Jorge Miranda a Separação não deveria implicar a tutela do Estado sobre a Igreja, como aconteceu, sendo que, as normas da Lei podem ser divididas em quatro: "A) Normas de garantia da liberdade religiosa e de separação do Estado da Igreja; B) Normas restritivas ou negadoras da liberdade religiosa; C) Normas de intervenção do Estado, portanto negadoras do princípio da separação; D) Normas de apropriação de bens." (Miranda, 2013, p.405).

Começando pelo Artigo 2º:"A partir da publicação do presente decreto com força de lei, a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confusões religiosas são igualmente autorizadas(…)"(Lei da separação do Estado das igrejas, Portugal, 1911), este enquadra-se na alínea a), ou seja, não constitui qualquer tipo de abuso do Estado para com a Igreja, apenas firmando a sua laicidade, o que significa que pela primeira vez, em mais de sete séculos de história, o catolicismo deixou de ser a religião oficial do Estado Português. O artigo 10º postulava que:" Para os efeitos do presente decreto o ensino religioso, onde quer que se ministre, é também considerado culto público, e as casas de educação e instrução ou de assistência e beneficência são sempre consideradas como acessíveis ao público" (Lei da Separação do Estado das igrejas, Portugal, 1911). Isto constitui um grande desincentivo para a Igreja católica continuar a ensinar fora da Igreja, o que favorece notavelmente uma educação providenciada pelo Estado e pela maçonaria, que não tinha qualquer tipo de restrição quanto às matérias que poderia lecionar, admitindo até que tal instrução era uma forma de combate à Monarquia e uma forma de promover os ideais da instituição: "Ora o meio de que precisamos lançar mão sem demora é a instrução popular, a instrução primária, que é a base de todo o ensino. Todos sabemos que foi a propaganda da instrução popular uma das bases da nossa luta contra a monarquia" (Discurso proferido, pela Irmã Venerável, na instalação da Loja Carolina Ângelo, 1915). Na sequência deste artigo, se o juntarmos ao Artigo 187º: "O Governo fará verificar por professores de instrução superior ou secundária, da sua escolha, o funcionamento interno dos seminários," (lei da Separação do Estado das igrejas, Portugal, 1911). Vemos que, a Igreja perdeu toda a autonomia da formação das suas bases, sendo alvo de uma total arbitrariedade por parte do Estado no que poderia ou não lecionar e como o fazer. Aqui entramos claramente num campo descrito na alínea C, em que o Estado não estava a exercer a

separação da Igreja, mas sim a intervir na mesma. Como se isso não bastasse esta lei ficou aquém dos objetivos da Grande Loja. Quando se dava o debate sobre a Lei da Separação em Março de 1914, é aprovada uma moção na Grande Loja e enviada a todas as oficinas, que vê um enorme perigo no ensino religioso: "Considerando que a Lei de Separação do Estado e das Igrejas, (...) não acautelou este da ação perniciosa que no ensino podem exercer os ministros de quaisquer confissões religiosas, principalmente quando estas se baseiam no sobrenatural e na revelação.

Considerando que tais religiões não se podendo transformar são de natureza improgressiva (…)"(Moção, 1914), fica claro que neste assunto o GOLU adotou uma posição mais radical, comparativamente aquela que estava estabelecida na Lei de Separação de Abril de 1911, sendo esta interpretada como radical pelos republicanos moderados, e pela generalidade dos portugueses.

O Artigo 62º foi dos mais penalizadores para a Igreja, pois os seus edifícios ficaram sob a tutela do Estado, provando mais uma vez que a Separação mais se assemelhava a um controlo rígido por parte do Estado: "Todas as catedrais, igrejas e capelas, bens imobiliários e mobiliários, que têm sido ou se destinavam a ser aplicados ao culto público da religião católica e à sustentação dos ministros dessa religião e doutros funcionários, empregados e serventuários dela, incluindo as respectivas benfeitorias e até os edifícios novos que substituíram os antigos, são declarados, salvo o caso de propriedade bem determinada de uma pessoa particular ou de uma corporação com personalidade jurídica, pertença e propriedade do Estado e dos corpos administrativos (…)" (Lei da Separação do Estado das igrejas, Portugal, 1911).

De entre todos os artigos prejudiciais para a Igreja, aquele que curiosamente é apontado pela imprensa católica é o 32º: "As corporações que ficarem com o encargo do culto terão de aplicar, pelo menos, um terço de tudo quanto receberem para fins culturais a actos de assistência e beneficência (…)" (Lei de Separação do Estado das Igrejas, Portugal, 1911). Segundo o jornal *O Algarvio* a medida é injusta, pois ficar com um terço do dinheiro doado pelo fiel é estar a deslegitimar as decisões do mesmo, já a Igreja sai prejudicada pois vê a sua receita reduzida, sendo que a mesma também contribui com atos de beneficência. Outro argumento usado pelo Jornal, é que tal prática não é exercida noutro lugar: "Agora supúnhamos que um livre-pensador, no mesmo dia, vai ao clube político da terra oferecer noventa mil réis (...)Este aceita os noventa mil réis, gasta-os em bebidas e comida, dando aos pobres os restos dos bolos e dos vinhos, se quiser, porque a lei não o obriga." (A Lei da Separação,1912).

Este artigo está em consonância com o Artigo 157º em que: "É reduzida a décima oitava parte a porção de bens de que se pode dispor para sufrágios e outros encargos meramente culturais, quer por testamento nos termos do artigo 1775 do código civil, quer por contacto entre vivos (…)" (Lei da Separação do Estado das igrejas, Portugal, 1911). Uma vez que, o objetivo é claramente fazer reduzir as fontes de rendimento da Igreja Católica em Portugal, quer no artigo 32º em que existe uma taxação nas doações, quer no artigo 157, que limita a doação a 1/18 dos bens a Igreja, todavia, era prática comum entre os indivíduos que não tinham descendentes diretos doarem todo o seu património à Igreja, algo que já não era possível.

Já o jornal *O Mundo* argumenta que a Lei de separação é essencial para garantir a Democracia, a República e a liberdade dos cidadãos, por já não ser obrigatório acreditar em Deus. Porém, é possível ver que existe um sentimento de vingança não só na própria Lei, mas em quem defende a mesma: "É uma desafronta, é uma reparação! Os milhares de desgraçados, que foram queimados nos autos de fé e que nos cárceres da inquisição apodreceram entre torturas miseráveis." (Libertação da consciência portuguesa- A Religião deixa de ser uma imposição- Separação do Estado das Igrejas, 1911).

Como anteriormente demonstrado, a Lei de Separação do Estado das Igrejas fora extremamente punitiva para a Igreja, não apenas tendo em vista uma vingança, mas com o fim de acabar com o poder da mesma. Espiritualmente esta já vinha em trajetória descendente, com crentes cada vez mais desconectados da religião. Ao dar-se a expulsão dos jesuítas e o controlo da educação por instituições laicas, a sua influência perante a população ainda mais se reduz ficando apenas limitada aos locais de culto. Quanto ao seu poder económico, este também fora obliterado pelos vários artigos penalizadores já citados, nomeadamente o 32º, 62º, 157º.Para termos uma dimensão do seu poder económico, em 1820 o seu património estava avaliado em 6000 contos de réis, sendo que quase metade do seu rendimento (44,24%) vinha das suas propriedades (Serrão & Oliveira Marques, 1991, p.174-175).

O Estado foi ainda mais além, para lá da expropriação do património da Igreja, encarregou-se de colocar a Igreja sob dependência financeira do Estado, ao pagar uma pensão aos padres e criar em cada paróquia uma comissão cultural encarregada de controlar a Igreja (Pulido Valente, 2010, p.20).

Segundo Pulido Valente, esta lei acabou por encurralar os moderados, que acabaram por dela ser cúmplices (2010, p. 21). Ser cúmplice de algo não torna o indivíduo ou a instituição

culpada, porém, a maçonaria não só fez os possíveis para que a Lei de separação fosse implantada, como posteriormente defendeu a não alteração da mesma, o que os coloca inevitavelmente ao lado das fações políticas mais radicais da Primeira República. A forma como os republicanos mais moderados reagiram não indica que estes estivessem a agir de modo contrariado, como nos mostra a reação da *A Luta*, de Brito de Camacho à promulgação da Lei, indicando como as várias cidades reagiram de forma entusiástica à aprovação da Lei:" Durante o dia e a noite ontem houve em Lisboa várias manifestações de regozijo pela promulgação da lei de separação da Egreja e do Estado" (O país recebe com regozijo a sua promulgação, 1914). Contudo, a celebração é bem mais contida em jornais mais moderados. Uma vez que os republicanos radicais foram os defensores mais acérrimos da Lei.

Assim, a maçonaria viu o poder da Igreja enfraquecer-se em Portugal e beneficiou com isso de diferentes formas, não só por estes agora assumirem o controlo dos asilos e instituições de beneficência, como anteriormente referido, mas mais relevante, estava o assumir do controlo da Educação dos jovens em Portugal, já que o papel da Igreja no Ensino da população era extremamente importante, uma vez que existia uma grande lacuna na aprendizagem dos portugueses, algo facilmente comprovável pela elevada taxa de analfabetismo em Portugal. A Igreja atuava através dos seminários para os mais pobres, e das escolas dos jesuítas para as classes mais elevadas (Oliveira Marques, 1977, p. 220). As congregações religiosas tinham 164 estabelecimentos, que operavam sobretudo nos centros urbanos (Ramos, 1994, p.405). Para além desta componente educacional estava uma luta mais subtil travada entre uma classe média alta de profissionais liberais que estava na maçonaria e a aristocracia velha que protegia os religiosos: "Os 164 estabelecimentos congregacionistas (…) beneficiando da notória proteção da fidalguia e gente abastada e apostando na divulgação de novas devoções acarinhadas por Roma." (Ramos, 1994, p.405).

Daí a necessidade de combater o clero, em especial os jesuítas, uma vez que, o Estado e a maçonaria queriam ocupar esse lugar privilegiado na educação dos portugueses. No artigo 10º fica estipulado que:". Para os efeitos do presente decreto o ensino religioso, onde quer que se ministre, é também considerado culto público, e as casas de educação e instrução ou de assistência e beneficência são sempre consideradas como acessíveis ao público." (Lei da Separação do Estado das Igrejas, Portugal, 1910).

Uma vez expulsos os jesuítas e limitada a Igreja a qualquer tipo de atividade letiva resta saber o que foi feito pela maçonaria. Foi fundada a Universidade Livre, em Dezembro de 1912,

em Lisboa, pela Loja Montanha. Na sua inauguração esteve presente o então presidente da República Manuel Arriaga, a Universidade funcionava em regime pós-laboral e contava com lições e palestras, chegou a ter sucursais em Coimbra e na Figueira da Foz.

Esta iniciativa por parte da loja Montanha mostrava o seu empenho no desenvolvimento da educação em Portugal, porém, na visão do Conselho da ordem, o mesmo não pode ser dito quanto à maioria das restantes lojas, acusando-as de uma certa inércia, ao não promoveram a educação como o Conselho da Ordem gostaria. Em Setembro de 1916, apenas dez lojas fomentavam a educação primária, duas o ensino superior e apenas uma a instrução primária para adultos. Magalhães Lima ainda recomendava às restantes oficinas para seguirem o exemplo destas, especialmente na educação primária para as crianças, onde toda a maçonaria tinha de atuar. (O Conselho da ordem a todas as oficinas da Obediência, 1916). Mais uma vez o ideário da maçonaria não se materializava, ou pelo menos, a sua ação foi insuficiente tendo em conta os objetivos pretendidos. Magalhães Lima já alertava para a necessidade de fomentar o ensino em Novembro de 1912:" "Tornar intensiva a nossa propaganda no sentido de criarem por todo o país instituições de solidariedade, de educação e instrução é absolutamente necessário no momento presente. Deveria desde já iniciar-se em todas as sedes das nossas Lojas e Triângulos, estendendo-a seguidamente às freguesias limítrofes, a fim de se levar ao povo, embora elementarmente, o conhecimento dos seus direitos e deveres." (Circular nº25, 1912). Passados quatro anos, a maioria das lojas e triângulos do GOLU não tinha qualquer escola a funcionar, demonstrando mais uma vez, que só um número pequeno de lojas maçónicas tinha uma atividade profícua no mundo profano.

A preocupação com a Educação não se restringia apenas ao GOLU. Outras obediências europeias tinham a mesma preocupação. "Il est clair que l'engagement pour l'éducation a été l'un des piliers centrales de l'action maçonnique" (Bandini, 2010, p. 164). Em 1848 foi fundada a Liga do Ensino na Bélgica, pouco depois chegou a França e em inícios do século XX a Itália. Esta tinha como função a organização de bibliotecas, escolas noturnas e conferências. Este movimento vai originar a ideia de Educação Popular, que por sua vez, vai dar origem a exigência de tornar a Escola Pública, Obrigatória e Gratuita (Bandini, 2010, p. 164).

O desenvolvimento da Educação por parte da maçonaria tinha como um dos seus propósitos contrariar o poder da Igreja, algo que pode ser visto pelos vários debates filosóficos entre as duas instituições, tendo a maçonaria uma postura paradoxal e semelhante à da Igreja, pois enquanto esta defendia o Dogma, a Fé e a Tradição, a maçonaria defendia o seu oposto, liberdade, ciência e progresso. (Bandini, 2010, p.173)

A Lei de Separação entre a Igreja e o Estado, só voltaria a ser debatida em 1914, na sequência de uma tentativa de reconciliação entre a República e o clero, para agradar à ala mais moderada do parlamento de modo a existir um governo estável. Bernardino Machado, em 1914 reintegrou o bispo do Porto, concedeu uma amnistia aos sacerdotes que se tinham oposto às ordens do governo e abriu-se a discussão da Lei de Separação (Oliveira Marques, 1977, p.224). Gerou-se uma reação por parte da maçonaria. Logo em Março de 1914, foi publicada uma mensagem do Grão-Mestre adjunto apelando à colaboração de todos os maçons na defesa da Lei da Separação: "Estando em discussão no Parlamento a lei da separação do Estado das Igrejas, é de suma importância que a Maçonaria, quer nas lojas, quer na imprensa, quer ainda nas conversações particulares crie uma atmosfera favorável à defesa dessa lei" (Castro, 1914). A alteração à lei de Separação, de 1911, foi vista como um grave problema por parte do GOLU, porém, a forma de o resolver teve várias nuances. Inicialmente procurou-se o contacto com os irmãos que faziam parte do governo: "O Grémio Lusitano resolve representar junto dos Senhores Senadores e Deputados da República Portuguesa no sentido de pedir que seja proibido a todos os ministros de qualquer religião, muito especialmente aos que hajam feito votos de castidade e de obediência, o exercício do magistério, tanto nas escolas públicas como nas particulares, em conformidade com o espírito do nº10 do artigo 3º da Constituição" (Moção, 1914). Contudo, nada indica que o GOLU, tenha tido sucesso quanto ao seu pedido, o que já começa a indicar um afastamento entre a ordem e o governo. Foi tentado outro método de impedir que tais alterações fossem avante, " vem o Conselho da Ordem mostrar aos Irmãos da Obediência a vantagem de, às 12 horas do dia 20 do corrente as Lojas e Triângulos Maçónicos com o nome profano de que usam, telegrafar ao Parlamento Português exprimindo o seu desejo de que nenhuma modificação seja feita na mesma lei, que lhe altere a sua essência." (Presidente do Conselho da Ordem, 1914).

O papel do GOLU durante a Primeira República encaixa facilmente na definição de um grupo de interesse, "Grupos organizados para alcançar objectivos específicos na área política, actuando principalmente através de pressão e fazendo lóbi junto dos órgãos legislativos." (Sousa, 2005, p. 93). Trata-se de um grupo organizado, cujos objetivos na área política são visíveis, como no caso da Lei de Separação entre o Estado e a Igreja. Quanto à pressão exercida, o episódio anteriormente apontado é claro, bem como toda a pressão exercida pela imprensa que integra membros da maçonaria; o diretor de *O Mundo* era França Borges, iniciado na loja Montanha em 1901; o fundador de *O Século* fora Magalhães Lima, posteriormente a administração deste período foi assumida por J.J da Silva Graça pertencente a maçonaria. Todavia, a maçonaria portuguesa não foi o único grupo relacionado com o poder político.

Em 1901, foi organizado um sistema de fichas sobre os militares franceses no âmbito de conhecer as suas opiniões políticas e saber se estas se alinhavam aos ideais da República Francesa. Inicialmente conduzido pela prefeitura e pouco meses mais tarde pela maçonaria. O ministério do interior francês considerou que o Grande Oriente de França já estava habituado a lidar com processos de iniciação de candidatos, como tal, este caso era adequado à maçonaria. Os nomes dos oficias propostos eram encaminhados às lojas mais próximas das guarnições (Boniface, 2010, p. 173). Estas fichas eram criadas com base na opinião de membros do exército de patentes médias, essencialmente sargentos, tenentes e capitães, o que refletia a maçonaria francesa em termos gerais, pois esta atraía sobretudo a classe media (Boniface, 2010, p. 175). As fichas da prefeitura tinham em conta vários fatores como as escolas onde os oficiais punham os filhos, o histórico ideológico da família e dos cônjuges. Já as fichas do Grande Oriente eram bem mais radicais, tendo por base comentários de militares que estavam em postos subalternos, muitas vezes irritados e amargurados com os seus superiores (Boniface, 2010, p.178-183). Isto fez com que as fichas reproduzidas pela maçonaria demonstrassem uma postura bem mais radical comparativamente com as fichas elaboradas pela prefeitura, tal é demonstrado pela linguagem caracterizada para descrever os oficias, enquanto que as primeiras usavam palavras como conservadores e reacionários, os relatórios da maçonaria apenas usavam a palavra reacionário, e era comum usarem a palavra clerical, que raramente fora empregada pela prefeitura (Boniface, 2010, p.182). A maçonaria refletia uma visão mais maximalista do conceito de República, pois só os mais radicais é que eram considerados fiéis ao Estado (Boniface, 2010, p. 183). A maçonaria portuguesa em muito se assemelha à francesa, em primeiro lugar pela sua composição predominante das classes médias. No caso de Portugal esse aspeto ainda é mais saliente, uma vez que é um requisito para se proceder à iniciação na obediência saber ler e escrever, o que excluiu automaticamente as camadas mais baixas da população. A luta contra o clericalismo também foi essencial para a maçonaria francesa, como fica demonstrado pelo episódio das fichas, em que por diversas vezes surgiu a acusação de clericais remetida aos oficiais mais conservadores, já o Grande Oriente Lusitano demonstrou por diversos momentos o seu empenho em acabar com o clericalismo e em particular o jesuitismo, assumindo-o pelos seus discursos, e pela defesa da Lei de Separação do Estado e das Igrejas de 1911, extremamente penalizadora para a Igreja. Por fim, a visão de que um bom Republicano tem de expressar visões mais liberais é expressada pelo Grande Oriente de França e pelo GOLU. No entanto, o caso português tem diferentes nuances uma vez que o GOLU expressou sempre não ter qualquer afiliação partidária, sendo que a política a promover é a que favorece a própria maçonaria. Todavia, esta releva-se assente em princípios liberais bastante

penalizadores para a Igreja em contraponto com o pensamento das elites republicanas mais a esquerda, nomeadamente do Partido Democrata.

Em síntese, neste capítulo foram abordadas as diversas leis de teor laico aprovadas pela Primeira República, tais como as leis do Casamento, do Divórcio, do Registo Civil e a Lei de Separação das Igrejas do Estado, a interferência da maçonaria na criação e promoção de associações laicas e a desvirtuação do ensino religioso em prol do ensino público, onde a maçonaria desempenhou um papel de complementaridade ao mesmo. Em suma, conclui-se a maçonaria conseguiu exercer pressão junto da sociedade civil, e do governo, para a necessidade da criação de um conjunto de leis laicas, com especial foco no Registo Civil e na Lei de Separação das Igrejas do Estado, atuando como um grupo de pressão. Por fim, a maçonaria conseguiu beneficiar com o enfraquecimento da Igreja, ocupando espaços que antes lhe pertenciam.

Capítulo V- A Relação entre o GOLU e o Partido Democrático

O principal motivo que incapacitou o GOLU em assumir controlo sob a política nacional foi a falta de solidariedade maçónica. A primeira ocorrência deu-se em 1911, como referido no anterior capítulo, com a tentativa falhada da eleição de Magalhães Lima, pois embora grande parte dos seus colegas na assembleia pertencessem à ordem, apenas um voto lhe foi atribuído. Todavia, a Obediência continuava a prosseguir com as suas intenções de dominar a política nacional. Em Abril de 1913 deu-se o congresso nacional maçónico com quatro temas de debate, sendo os primeiros dois temas relativos à interferência direta na política: "Quais os meios de obter e fazer cumprir eficazmente a solidariedade maçónica?"; "Quais as providências a adotar, para que a Maçonaria exerça a sua influência benéfica no mundo profano? Vantagens da influência política maçónica no mundo profano: como exerce-la?" (Ventura, 2020, p. 338). Para o primeiro tema Carneiro Moura recomendava a criação de um Tribunal Maçónico de Solidariedade Maçónica "que julgue da antissolidariedade dos irmãos que se afastem do espírito maçónico para satisfazerem ambições mundanas ou políticas(…) (Ventura, 2020, p.338). Deste modo a maçonaria vinha em primeiro lugar na vida dos maçons e não as ambições pessoais. A justificação para que os maçons aceitassem essa narrativa baseava-se numa superioridade moral perante os partidos políticos, uma vez que o único interesse da maçonaria seria em beneficio do país e no progresso da humanidade, como é dito por José Damásio Ribeiro: "O parlamento despreza os interesses do país, para satisfazer caprichos de fações (…) os interesses individuais e as ambições de castas superiores, avantajam-se muitas vezes às mais justas exigências do progresso(...)"(Ventura, 2020, p.339).

Sob este tópico também fora dito que a interferência maçónica deveria estar em todos os níveis da política, tais como a eleição do presidente da República, de deputados e senadores, de ministros, nomeações, entre outras. Por fim, esta interferência consistia em apoiar diretamente certos candidatos através do GOLU e da imprensa (Ventura, 2020, pp.339-341). Todavia, para que tal plano fosse posto em prática era necessário que todos, ou pelo menos uma parte considerável dos irmãos aderissem a esse plano, porém, em vez de existir união, o GOLU mostrava desagregação e consequente fraqueza. Em Março de 1914 vem relatado no Boletim Oficial do GOLU, a não obtenção do controlo do Asilo de Santa Catarina, onde a maçonaria provia a educação

O Governador Civil Daniel Rodrigues impediu o controlo da direção do Asilo, pela maçonaria reintegrando a antiga administração. E quando às eleições houve acusações da prática de ilegalidades originando-se o recurso à violência física contra maçons. Em resultado do sucedido não houve qualquer sanção para com o governador e seus apoiantes visto que este era apoiado no Senado por maçons.: "Este facto é sintomático da falta de solidariedade que desgraçadamente se manifesta atualmente na nossa Augusta Ordem" (Relatório do Conselho da Ordem, 1914).

As tensões entre o Supremo Conselho do Grau 33º e o GOLU remontam a 1911 quando se começou a discutir a nova constituição, que no entender do SCG33 era centralizadora, após vários debates acessos. Em 14 de Julho de 1914 a Grande Dieta aprovou a polémica constituição (Ventura, 2020, pp. 355-356). Em causa estava a centralização das lojas do Rito Escocês Antigo e Aceite que tinham de entregar os seus quadros ao GOLU. (Ventura, 2020, p.355).

As diferenças entre o Rito Escocês Antigo e Aceite (REAA) e o Rito Francês são bastante acentuadas. No REAA os seus membros são obrigados: "a ter a crença na existência de uma Verdade Revelada, ou de um Princípio Criador, que é chamado de Grande Arquiteto do Universo, sendo proibida qualquer discussão religiosa e política nas suas lojas"(Pinto dos Santos, 2012, p.312). Já o Rito Francês é marcado por outras componentes: "A laicização do rito moderno ou francês trouxe inevitavelmente a possibilidade de discussão de questões políticas em loja, donde rapidamente resvalar para a defesa dos grandes ideais da democracia e da república (Pinto dos Santos, 2012, p.313). A crença religiosa e o debate político não são questões de somenos e, como tal, não podem ser descartadas. A 31 de Julho o SCG33 publica um manifesto onde fica claro que se encontravam mais à direita no espectro político "uma pequena minoria de maçons portugueses, invocando, artificiosamente, princípios radicais e liberalismos" (Ventura, 2020, p.356).

Todavia, Luís Augusto Ferreira de Castro recusou que motivações políticas estivessem na origem da sua decisão "Atribuindo-se a cisão a elementos desafetos ao Dr. Afonso Costa. Sabe-se que no nosso Grémio existem muitíssimos irmãos inscritos no Partido Democrático que têm por chefe, e com uma situação de destaque nesse partido" (Ventura, 2020, p.359). Embora existissem de facto membros ligados ao Partido Democrata no SCG33, durante o governo de Pimenta de Castro os seus membros foram menos críticos e mais complacentes com o mesmo, comparativamente aos obreiros do GOLU, como será demonstrado mais adiante.

No início de 1915, Arriaga chama Pimenta de Castro para o governo, de modo a que a política fosse extrapartidária afim de serenar os ânimos políticos. Pimenta de Castro era um militar e o seu governo foi formado por militares, que desprezavam os políticos. Os oficiais do exército que fossem democráticos foram demitidos, as eleições foram adiadas e deu-se uma nova lei eleitoral (Pulido Valente, 2010, pp. 57-58). Porém, de todas as iniciativas promulgadas por Pimenta de Castro as que mais indignaram a imprensa Democrática foi a Lei Eleitoral de 24 de Fevereiro e a Amnistia aos chefes Monárquicos de 20 de Abril.

A capa de *O Mundo* de 25 de Fevereiro de 1915 é muito clara ao classificar o Governo como uma Ditadura, e a nova lei como "O Decreto Monstro". Em causa estava o regresso da "Ignóbil Porcaria" com a divisão dos círculos eleitorais em 30, bem como a diluição dos votos dos centros urbanos de Lisboa e Porto, por exemplo, o concelho do Porto fora divido a meio, estando o 1º bairro como uma ilha junto a concelhos que iam desde Valongo até Baião e o 2º Bairro com os conselhos do Litoral, desde a Póvoa de Varzim até Vila do Conde. Como tal a Lei Eleitoral de Janeiro de 1915 foi suprimida (O Decreto Monstro, 1915).

Já quanto à forma como é abordada a Lei da Amnistia de 1915, *O Mundo*, descreve o mesmo como sendo um ato de ódio, em resposta ao governo que no seu relatório afirma "a República seja um regime de liberdade e tolerância, sem ódios sectários, isentos de espírito de perseguições", acusando o governo de beneficiar os inimigos da República, que trazem a agitação e a desordem (Um acto de ódio, 1915).

A Lucta, de Brito de Camacho, na fase da Amnistia revela uma postura mais favorável ao documento e ao gabinete de Pimenta de Castro:" (o país) está cansado de luctas políticas e reclama dos seus governantes que se feche de vez um tão longo período de intranquilidade." (O Decreto da Amnistia, 1915). Por sua vez, a maçonaria, antes do 14 de Maio mantinha uma postura neutra, Magalhães Lima, numa mensagem a Grande Dieta reforça a ideia da maçonaria se manter "alheia aos conflitos partidários" por constituírem paixões remetentes ao Mundo profano, o Grão-Mestre optou por focar o seu discurso na necessidade de defender a Pátria, a Lei de Separação do Estado e das Igrejas e a unidade da maçonaria (Lima, 1915).

A 14 de Maio houve uma sublevação militar que contou com membros da Marinha, da Guarda Fiscal, da Guarda Republicana, com às unidades de Infantaria e 15 mil civis armados contra o governo. Ao todo morreram 200 pessoas e 1000 ficaram feridas (Pulido Valente, 2010, p. 67). Os republicanos participaram numa conspiração que contou com o apoio daqueles que eram mais moderados, existindo o receio de que a República estivesse em perigo, uma vez que, se estava a assistir ao crescimento dos monárquicos (Pulido Valente, 2010, p. 66) Assim, o 14 de Maio foi bastante comemorado por todos os republicanos como um regresso à normalidade.

Na maçonaria fez-se o voto de pesar por todas as vítimas, na sequência do mesmo, relembrou-se o dia como uma data memorável: "A revolução de Outubro, sagrada com a luz do 14 de Maio, abriu para a história Pátria um novo ciclo" (Águas, 1915). Em 1916, no GOL, voltou a assinalar se o 14 de Maio, onde era visível o otimismo quanto ao futuro da República: "É ele que vai inscrever na História, a sentença da impossibilidade de regressão ao que se foi com o tempo para não mais voltar. "(Águas, 1916). Contudo, após ano e meio aparecerá Sidónio Pais, que consolidou a ditadura mais longa da I República. Ironicamente, esta foi comandada por um ex obreiro, chegando ao fim com o seu assassinato.

Depois do 14 de Maio, Afonso Costa e o Partido Democrático não tinham praticamente oposição. A 13 de Junho foram efetuadas eleições, que contaram com a mais baixa votação da I República, apenas 280 mil num país de 6 milhões. (Pulido Valente, 2010, p. 73). Após obter uma maioria esmagadora no Senado e na Câmara dos deputados Afonso Costa ainda tentou formar governo com a oposição, mas tal não se efetivou (Pulido Valente, 2010. p. 75). Com isto Afonso Costa poderia governar sem uma oposição real, o que veio a acontecer (O fim do 14 de Maio).

O GOLU tinha em muita consideração Afonso Costa, como nos mostra a sessão do mês de julho de 1915, a desejar as melhoras a Afonso Costa, após este ter um acidente "o Poderoso Irmão Ramos propõe que ficasse em acta o voto do nosso pesar pelo desastre sucedido ao nosso Irmão Dr. Afonso Costa." (Sessão no mês de Julho, 1915). O episódio insólito aconteceu a 3 de Julho de 1915, quando Afonso Costa salta de um comboio, por pensar que está a ser alvo de um atentado, acabando por sofrer um traumatismo craniano. *O Mundo* relata o incidente como um episódio trágico que serviu para demonstrar a popularidade de Afonso Costa perante a população, extremamente preocupada com o seu estado de saúde "saindo comovidíssimos quando sabiam que as suas consequências eram graves" (O Desastre de Ontem, 1915).

Tais episódios reforçam a ideia de que as relações entre a ordem e o Partido Democrático eram próximas; todavia, a postura oficial do GOLU fora sempre de distância para com os partidos, independentemente do partido que governasse. A posição do Grande Oriente Lusitano quanto ao governo de Pimenta de Castro era de repúdio. A crítica não era dirigida diretamente ao governo, mas sim aos políticos e aos partidos: "Nunca é demais repetir que a Maçonaria se deve manter inteiramente alheia aos conflitos partidários. As paixões do mundo profano são incompatíveis com os sentimentos altruístas," (Lima, 1915). Já a critica remetida aos políticos incidia na falta de respeito para com a democracia. "Desgosto, sim, porque a nossa mais bela obra, a democracia, tem sido e continua sendo despedaçada de encontro às estultas vaidades

dos politiqueiros sem escrúpulos(...)" (Pina, 1915). Após o fim do governo Pimenta de Castro a maçonaria saudou todos os que defenderam a democracia e com as eleições a aproximarem-se, o GOLU viu uma oportunidade para fazer com que os seus obreiros pudessem ser eleitos e estivessem unidos em prol da obediência "Vai em breves dias o povo português renovar pela eleição o Parlamento (…) entre esse procuraremos de preferência os nossos Irmãos, que nos darão a garantia das suas ideias liberais e progressivas." (Melo, 1915). Neste sentido, algumas lojas começaram a fazer pressão no sentido de pressionar a eleição dos maçons: "A 5 de maio a loja Vulcano aprovou uma moção:(…) que se pondere ao Conselho da Ordem a conveniência da Maçonaria tornar parte ativa nas próximas eleições (…)" (Ventura, 2020, p. 384). O objetivo era portanto, fazer com que a vida política não fosse dividida por partidos, mas antes unida pela maçonaria, e conseguir a colocação de maçons nas mais altas esferas do poder político português.

À semelhança do que aconteceu no 5 de Outubro, houve obreiros que contribuíram de forma decisiva no 14 de Maio. Do comité responsável pela revolução, apenas Álvaro de Castro não era maçom, sendo no entanto filho do Grão-Mestre adjunto (Ventura, 2020, p. 385).

Quanto ao papel dos obreiros do SCG 33 e do GOLU quer na participação do governo de Pimenta de Castro, quer na oposição feita ao mesmo, nomeadamente pelo comité de revolução, encontramos maçons nos dois lados. No governo estava um maçon do GOLU e outro pertencente ao SCG33, e no comité da revolução encontravam-se três membros do GOLU e um do SCG33 (Ventura, 2020, p385), todavia, enquanto que o GOLU desde o inicio manterá uma posição de repúdio perante o governo de Pimenta de Castro, o SCG33 foi muito mais ambíguo nas suas palavras "Ponderando a atual situação política do país e considerando o dever que cumpre a todo o maçom português de defender a República e a pátria(…) empenhem os seus esforços para assegurar bem firmemente essa defesa, assim como o cumprimento e o respeito das leis devidamente promulgadas(…)" (Ventura, 2020, p. 362).

Mais uma vez, o GOLU colaborou com uma revolução, neste caso, para restaurar a viabilidade da I República, para além das lojas sentirem que estavam a ganhar outra vez mais força. Existiu uma nova insistência em querer nomear o Grão-Mestre para um cargo governativo; desta vez a insistência não partiu da maçonaria, mas sim de membros da marinha, para forçar que fizesse do Ministério da Instrução: "Um grupo de marinheiros que foi a minha casa intimou-me a entrar no Governo. Se não quiser ir por seu pé, terá de ir em maca! (...)A minha rápida passagem pelo ministério da Instrução não me deixou saudades" (Lima, 1927).

Os posicionamentos quanto ao papel de Portugal na Primeira Guerra Mundial divergem, desde os que acham que é urgente ajudar os aliados a vencer a Guerra, até os que vêem que só em extrema necessidade é que Portugal deveria entrar.

A Luta, órgão do Partido Unionista, vê o processo da entrada de Portugal na guerra como algo mal gerido e faz acusações aos democráticos, por não aceitarem opiniões divergentes: "A questão da ida para a guerra podia e devia ter sido discutida sob o ponto de vista do nosso dever internacional e das nossas conveniências nacionais.

Não o quiseram assim os que, talvez sinceramente convencidos de que os mais altos interesses da Pátria e da República aconselhavam a intervenção portuguesa no atual conflito europeu, julgaram vencer e esmagar as opiniões francamente divergentes das suas, maculando-se com a suspeitosa pécha do germanofilismo e da traição ao regime e à Nação."(Barbosa, 1915). Estes comentários foram tecidos, a 17 de Outubro, quatro meses antes da apreensão dos navios alemães numa altura em que Portugal ainda não tinha entrado na Guerra. Porém, a mesma era debate constante no país e já começa a ser debatida a possibilidade da nação se juntar aos aliados. Em Dezembro é *O Mundo* que critica o discurso de Brito Camacho: "Pode querer dizer-se que o sr. dr. Brito Camacho, quando foi fazer o seu oferecimento, tinha já afirmado a opinião de que só deveríamos ir para guerra se tal nos fosse pedido pela Inglaterra, e que, assim, o seu oferecimento tinha de considerar-se implicitamente sujeito a essa condição." (Portugal na Guerra, 1915).

Brito de Camacho não era o único que se importava com a opinião dos Ingleses para com Portugal, após o começo da Primeira Guerra Mundial. O GOLU desde o início da guerra, que se posicionou ao lado dos aliados, tomando atitudes de subserviência em relação aos britânicos. Em causa estava a homenagem a Gomes Freire de Andrade e aos Mártires da Pátria: "Devido às amistosas relações com a Inglaterra e ao estado de política atual, resolve-se suspender a projectada romagem a S. Julião da Barra e colocação da lapide comemorativa do pensamento de Gomes Freire que foi Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa, a fim de não dar lugar a mal entendidos ou a deturpação das nossas leais e francas intenções" (Melo, 1914).

A posição da maçonaria quanto à guerra tinha vários contornos. Existia um apoio aos países aliados, pelos laços mais profundos que Portugal desenvolveu com estes países em comparação com os que pertenciam ao eixo. A guerra fora sempre vista como um mal necessário, de modo a combater as potências do eixo que eram monarquias reacionárias imperialistas, enquanto os aliados defendiam o liberalismo. Por fim, existia a noção de que Portugal tinha poucos recursos e que mesmo que ajudasse no combate contra as potências do eixo, pouco poderia fazer. Mas, mesmo assim, esse pequeno contributo era essencial para garantir a soberania e a integralidade

da pátria: “Somos contra a guerra, lamentamos que nesta altura da civilização ainda se recorra à força das armas para dirimir pleitos ou abrir caminho na vida. Queremos a paz, mas a paz sem vergonhas nem traições. (...)vidas que vão sacrificar-se em holocausto à Liberdade, mas que neles também reina o altivo orgulho de, na pequenez dos nossos recursos, contribuímos para a liquidação de um imperialismo (...)É necessário dizer por essas aldeias fora, combatendo a propaganda vil dos jesuítas e dos cobardes.” (Melo & Pina, 1914)

Várias foram as razões que motivaram Portugal a entrar na Guerra, nomeadamente as de ordem externa e as de ordem interna. A manutenção da aliança com a Grã-Bretanha era essencial para Portugal garantir a manutenção das colónias e a integridade nacional (Samara, 2001, p.69-81). A soberania nacional era ameaçada por Espanha desde o início da guerra, tendo inclusivamente o Rei de Espanha disponibilizado a utilização das ilhas baleares aos Franceses, bem como a beligerância de Espanha em troca da anexação de Portugal (Castaño, 2014, p. 69). Como tal, a reação da maçonaria perante a Igreja jesuíta espanhola em Portugal, trazia o pior de dois mundos; os jesuítas e os espanhóis. Daí as críticas tão duras tecidas pela ordem “Politicamente, seria a abdicação livre e espontânea da soberania nacional em favor duma pretensão reservada, e mais de uma vez renovada, do nosso maior inimigo, acobertado no pedido de uma nação amiga e vizinha, cujo coração pulsa ainda oprimido debaixo da garra jesuítica: uma vergonha.” (Manifesto, 1915). Estando subentendida a ideia de que Espanha só é uma ameaça por estar sob a influência dos jesuítas, passando a defesa da pátria pela proibição do jesuitismo sob qualquer forma. Já a manutenção das colónias era uma questão antiga para Portugal. E em 1898 Portugal pediu apoio à Alemanha após desentendimentos com a Inglaterra, na continuação do problema do *Ultimatum*, e a resposta do Kaiser foi inesperada: “Aproveitando os desentendimentos entre Lisboa e Londres, o kaiser alemão sugeriu que o seu país e a Inglaterra dividissem entre si o Império Português” (Castaño, 2014, p.65), relevando assim as ambições imperiais Alemãs perante Portugal. Em 1914 novos problemas surgiram em África, quando em Agosto os germânicos atacaram um posto fronteiriço em Moçambique, e ainda nesse ano deram-se as incursões de Naulila e Cuangar (Samara, 2001, p. 69-81).

Existia um consenso na sociedade portuguesa de que era necessário defender África. Porém, o envio de tropas para a Flandres apenas era defendido por uma Elite Republicana, que acreditava que só dessa forma é que Portugal poderia obter um reconhecimento internacional inequívoco (Oliveira, 2018, p.1). Ou seja, apenas Afonso Costa e os seus seguidores equacionavam a hipótese de Portugal intervir num teatro de guerra europeu, para unificar o

povo sob o desígnio nacional da defesa da pátria. Por consequência, quem fosse contra a ida para a Flandres, ou contestasse o governo era anti-patriótico, "Quantas vezes não se disse que as reivindicações operárias eram pagas com ouro alemão" (Samara, 2001, p. 69-81). Várias foram as tentativas de fazer com que Portugal se envolvesse mais na guerra. A primeira surgiu em Setembro de 1914, quando o governo francês pediu peças de artilharia a Portugal e Afonso Costa respondeu que só a enviava o material se os soldados também fossem. Numa primeira fase iria ser enviada a artilharia e só depois seguiriam as tropas. Contudo, Pimenta de Castro assumiu as rédeas do país e travou o envio de efetivos para França, dando prioridade a África. (Castaño, 2014, pp. 72-73). A opinião de Brito Camacho era a de que Portugal deveria satisfazer os pedidos de Inglaterra, que por sua vez, defendia a não beligerância nem a declaração de guerra por parte de Portugal. Por conseguinte uma grande parte do exército, também era contrária ao envio de soldados para a Europa (Castaño, 2014, pp. 72-73). Os democráticos estavam praticamente isolados na sua posição de enviar tropas para a Flandres, todavia, o plano ia ser posto em prática uma vez que regressassem ao poder.

A maçonaria defendia a mesma posição que Afonso Costa, adotando uma postura de participação direta nesta questão, através da difusão de propaganda favorável ao envio de tropas para a Flandres: "da situação do País perante a propaganda que se está fazendo contra a ida de tropas para a guerra na França, alvitrando que o Conselho da Ordem, acompanhado do maior número possível a Maçonaria, fosse junto do presidente do ministério manifestar a solidariedade da Maçonaria Portuguesa com o governo da nação, e que ao mesmo tempo se publicasse um folheto de propaganda para ser largamente distribuído no País e principalmente nos quartéis. (…) A melhor propaganda é a feita pelos jornais, que os soldados leiam ou ouçam ler na caserna."(Sessão de 2 de Novembro de 1914). Os discursos adotados pelos democráticos ecoavam na maçonaria, ou vice-versa, pois, mais uma vez quem não estivesse de acordo com a guerra nos moldes apresentados era insultado: "Queremos a Paz sim, mas não à custa da honra! É necessário dizer por essas aldeias fora, combatendo a propaganda vil dos jesuítas e dos cobardes" (Melo & Pina, 2014). Por fim, a necessidade da guerra é salientada de maneira inequívoca pela maçonaria, que se releva extremamente patriótica nesta altura: "Para Portugal é uma questão de vida ou de morte. Da nossa participação na guerra dependem o prestígio da Pátria, a valorização da República, o nosso futuro, a nossa independência, a continuação da nossa história, a afirmação da nossa vitalidade e os destinos da nossa raça." (Lima, 1916).

É também necessário promover o envolvimento na ação da junta nacional de propaganda patriótica, que consistia em folhetos de propaganda a serem distribuídos em lugares públicos "A propaganda é tão precisa para os que partem como para os que ficam. (...)Por tais razões, o

Constituinte da Ordem vem pedir a todas as Oficinas que dispensem todo o seu apoio à **Junta Nacional** de *Propaganda Patriótica*, porque será isso útil à Pátria e à nossa Augusta Ordem." (Simões, 1916). A propósito da Junta Nacional, Joaquim Simões vai mais além, chegando a recomendar aos maçons a comunicação com a obediência de modo a agilizar o processo de propaganda nas zonas mais difíceis de penetrar, caso a justificação fosse válida "Tornando-se necessário organizar conferências patrióticas nos Vales em que se reconheça serem úteis, vimos pedir para que nos digais se a vossa Oficina deseja patrocinar alguma, para o que nos indicareis as razões que a justificam e os fins que ela deve visar, para que as possamos indicar à Junta Patriótica. Seria útil que nos indicásseis também qualquer facto passado no vosso Vale ou do conhecimento da vossa Oficina em que a ação da Maçonaria possa atuar, pois que, muitas vezes, determinados factos chegam mais concretamente junto dos Poderes Públicos por intermédio da nossa Augusta Ordem, que transmitidos profanamente." (Simões, 1916). É possível ver que a maçonaria ainda em 1916, guardava bastante influência dentro dos poderes públicos, sendo que estes estão instalados por todo o país e vão desde o senado até a junta paroquial, o equivalente a uma junta de freguesia nos dias de hoje. Numa época em que o único veículo de informação era feito através da imprensa, a oralidade ganhava mais importância, nomeadamente as conferências.

Quanto ao conteúdo inserido nos panfletos, estes justificavam o porquê de Portugal ir para a guerra, sem mencionar a necessidade do envio de tropas para a Europa, tendo, todavia, abordado a razão pela qual era necessário defender África "Porventura alguém esqueceu o abominável massacre de Cuangar (…) E não era só legitimo o esforço, por meio de guerra, como à guerra nos deveria levar o interesse vital de conservamos as nossas colónias e assegurarmos a nossa independência." (Junta Nacional de Propaganda Patriótica, 1916, p6) Para além, da defesa das colónias, a parte inicial é dedicada a importância de manter a aliança com o Reino Unido, de seguida vem patente a necessidade de confiscar os navios alemães pela ameaça constituída e pela carência de uma marinha mercante em Portugal. Para além dos argumentos que apelam à razão, anteriormente descritos, a defesa da liberdade e da civilização latina é evocada, por fim, o panfleto termina a apelar à defesa e honra da Pátria. (Junta Nacional de Propaganda Patriótica, 1916, pp.3-8)

Se não fosse pela elite republicana comandada por Afonso Costa e apoiada pela maçonaria provavelmente Portugal não teria enviado tropas para a Flandres, é difícil analisar até que ponto essa propaganda teve algum contributo real na mudança de opinião dos portugueses quanto à guerra, mas certamente a imprensa apoiada por membros pertencentes à ordem ajudou a que tal fosse possível, como pode ser visto pelas posições defendidas pelo *O Mundo*, favoráveis à ida

para a França, levantando essa possibilidade logo em 1914, como se verifica pela manchete do dia 14 de Outubro "Portugal na guerra europeia. A cumprir a letra dos tratados com a sua aliada e a satisfazer uma honrosa solicitação do governo inglês" (Portugal na guerra europeia, 1914). Para além dessa possibilidade, *O Mundo* mostra manchetes Anti-Germânicas quase diariamente, colocando a Alemanha como sendo adversária da civilização "O exercito do "Kaiser" encontra-se isolado contra os povos civilizados" (A marcha da conflagração, 1914), discurso semelhante é usado pela maçonaria, onde a causa Alemã não é vista necessariamente como bárbara, mas antes como despótica e como tal, tem de ser combatida" Há dois sistemas, um em frente do outro, que equivalem a dois espíritos antagónicos: o despotismo e a liberdade.(...)Sendo, pois, a causa dos aliados a causa da liberdade, do direito, e da justiça, é lógico que a Maçonaria se solidarize com eles para todos os efeitos."(Lima, 1916)

A nível externo, Magalhães Lima, contactou com os Orientes das outras potências aliadas de modo a fortalecer as relações externas da República, partindo para o estrangeiro em maio de 1916, onde defendeu a participação de Portugal no conflito (Ventura, 2020, p.391). "A Ação Benéfica do nosso Sapientíssimo Grão-Mestre junto das Potências Maçónicas dos países aliados tem-se tornado utilíssima ao nosso Oriente e à nossa Pátria (...)Os Orientes de Espanha, de Portugal, da Bélgica e da Itália juntos da Grande Loja de França e do Grande Oriente de França tomaram, sob a presidência do general Peigné, numa reunião que teve lugar no dia 1 de Novembro, o solene compromisso de trabalhar pela preparação de uma Europa nova" (dezembro, 1916). O cenário internacional político também fora aproveitado pela maçonaria uma vez que Portugal ganhara mais reconhecimento perante os seus pares "encontrando-se o nosso Grande Oriente numa situação que jamais ocupou, sob o ponto de vista internacional. Criaram-se novas relações com as Potências Maçónicas, estreitaram-se as existentes (…)

A *Entente Maçónica,* correspondente à *Entente Política,* aí está a confirmá-lo, comprovando o esforço tenaz de um grupo ilustre de Maçons entre os quais se destaca a austera e nobre figura de Magalhães Lima" (Silva, 1917). O papel da maçonaria foi importante perante a guerra a nível interno com a difusão de propaganda para o incentivo da participação portuguesa no teatro europeu e pela contribuição exercida na junta patriótica de modo a promover a participação dos Portugueses na guerra. A nível externo, a presença de Magalhães Lima junto dos das obediências internacionais, nomeadamente a francesa fez estreitar relações não só entre o GOLU e os seus correligionários como entre a Portugal e os países aliados.

Conclusão

O 5 de Outubro foi um evento que viria a moldar a história de Portugal. Embora já muito estudado, a celebração do seu centenário veio relevar mais documentos e obras que contribuíram para o avanço do conhecimento, nesta área de estudo, tais como: *Sobre a Lei de Separação do Estado e da Igreja de 1911* de Jorge Miranda, as biografias *Magalhães Lima: um idealista impenitente* de António Ventura e *Bernardino Machado: uma vida de luta,* de Maria Alice Samara.

Comparando a temática da República e da maçonaria portuguesa esta apresenta um potencial mais vasto a ser explorado, quer pela sua maior longevidade, quer pelo número mais restrito de investigadores que abordaram a sua história.

A presença da maçonaria em Portugal nem sempre foi feita de uma forma homogénea. Esta contou com várias obediências ao longo dos anos, até que foi unificada nos anos 70 do século XIX, designando-se Grande Oriente Lusitano Unido (GOLU). A obediência sempre foi bastante restrita e composta principalmente pelas elites intelectuais da sociedade que detinham uma visão liberal e anticlerical. Segundo Marques da Costa (2023), a maçonaria tornou-se menos elitista no final do século XIX. Foi através deste fator e da sua componente anticlerical que o republicanismo conseguiu penetrar no seio do GOLU. Por conseguinte, uma parte significativa dos impulsionadores das visões republicanas, bem como do nascimento do Partido Republicano, eram maçons tais como José Estevão, Elias Garcia e Alves da Veiga, mostrando bem a reciprocidade de ideias entre estes dois organismos.

A propaganda republicana começara nos anos 70 do século XIX, feita nos jornais cujos editores eram maçons e que só viria a aumentar após o III centenário de Camões, influenciando assim as elites intelectuais urbanas da época e a própria maçonaria, onde começaram a criar-se divisões internas no final do século XIX. Inevitavelmente começou uma disputa pelo poder na ordem que resultou na vitória dos Republicanos, ao elegerem, em 1907, Magalhães Lima. A partir desse ano o GOLU começou a contribuiu para a promoção da República através de conferências, da criação de organizações como a Associação Liberal, a Associação Promotora do Registo Civil e através do renascimento da Junta Liberal, de modo a mobilizar o público para aderirem a estas causas, o que culminou na manifestação de 2 de Agosto de 1909. Para além dos corpos dirigentes da maçonaria, as próprias lojas, com destaque para a Montanha, participaram ativamente no 5 de Outubro através da organização de reuniões cuja intenção era a de Implantar a República.

As visões sobre a história da maçonaria e o seu papel na sociedade, não apresentam grandes discordâncias entre os autores. Possivelmente o tema que causa maior celeuma é referente ao verdadeiro impacto da maçonaria na Implantação da República, com Borges Grainha e Machado Santos a argumentarem que sem esta o 5 de Outubro não seria possível "obra da Revolução Portuguesa também à Maçonaria se deve" (Ventura, 1994, p.319).Por sua vez, Ventura considera que tal afirmação é exagerada. Borges Grainha, também profere declarações semelhantes às de Machado Santos:". Pode-se também assegurar que a revolução, sendo obra do Partido Republicano, não foi menos gerada pela Maçonaria portuguesa." (Borges Grainha, 1913, p. 159).

Uma vez instaurada a República, sendo a maçonaria uma das suas grandes promotoras, com mais de metade dos ministros maçons, bem como uma esmagadora maioria de Presidentes da República, seria de esperar que a obediência obtivesse um enorme poder sobre os destinos de Portugal. Porém, os resultados não se mostram animadores. O primeiro sinal de que os interesses pessoais e partidários dos seus membros iriam ditar o futuro do executivo e não a maçonaria relevou-se em 1911, com a tentativa falhada da eleição de Magalhães Lima.

O GOLU ainda obtivera sucessos a vários níveis, instituições que estavam sob o domínio da Igreja foram administradas pela obediência, ainda antes da Implantação da República, com o fim da Ordem das Irmãs da Caridade como salientado por Borges Grainha (1913, pp.165-166). Após o 5 de Outubro a maçonaria ocupou cargos na direção de Misericórdias, Asilos e instituições de Beneficência (Ventura, 2020, p.308). A maçonaria queria tornar a educação laica, e como tal esta tinha de ser providenciada pelo Estado, com o apoio do GOLU. No entanto poucas foram as lojas que tiveram uma participação ativa no ensino em Portugal.

A laicização emergente não se cingiu à educação. A maçonaria teve um direto envolvimento na mudança de legislação em 1911, nomeadamente, na Lei do Registo Civil, uma vez que a Associação Promotora do Registo Civil tinha ligações ao GOLU, tal como evidencia Catroga, mais concretamente com a oficina Obreiros do futuro (2001, p.334). Uma das grandes bandeiras da maçonaria foi, a Lei da Separação do Estado das Igrejas, tentando preservar-se a mesma, tal como foi concebida em 1911.

O pensamento vigente na obediência era similar ao da elite republicana, até porque grande parte dessa elite frequentava as lojas maçónicas. Assim, esta relação de proximidade intelectual permitiu à maçonaria reclamar conquistas que nunca lhe pertenceram. As Lei Anticlericais foram aprovadas essencialmente pela fação mais radical do Partido Republicano, que viria a

dar origem ao Partido Democrata. O papel da maçonaria cingiu-se a fazer pressão na sociedade civil, através de propaganda e de conferências com o intuito de aprovar essas medidas. No entanto pouco ou nada poderia dizer sobre o conteúdo das mesmas.

A Implantação da República criou mudanças drásticas na obediência que num curto espaço de tempo cresceu exponencialmente. Muitos dos novos membros aderiram à maçonaria para se puderem beneficiar, o que não acrescentava nada de positivo na ordem. Começou a surgir um mal-estar endémico dentro da obediência, mas por outro motivo, no centro da discussão estava a centralização do Rito Escocês Antigo e Aceite, sendo que, as lutas partidárias dentro do GOLU contribuíram para a cisão de 1914, que contou com a saída da maioria do Supremo Conselho e de várias lojas que praticavam este rito, tendo como líder Ferreira de Castro, nitidamente mais conservador que Magalhães Lima, até pela postura demostrada perante o governo de Pimenta de Castro.

À semelhança do que aconteceu na Implantação da República, a maçonaria esteve presente no 14 de Maio de 1915, onde participaram obreiros do GOLU e da obediência dissidente SCG33. Este golpe beneficiou Afonso Costa, sendo bemrecebido pela maçonaria, porém, este não gerou qualquer tipo de mais valia para a ordem, mas sim, para alguns maçons, uma vez que se deu um incremento nos números de efetivos no governo pertencentes a maçonaria. Com Afonso Costa de novo no poder, começou a surgir a hipótese de Portugal vir a participar na Primeira Guerra Mundial, não só em África, como também na Flandres. O envio de tropas para os territórios ultramarinos era consensual entre os partidos, porém, o envio de efetivos para o continente europeu trouxe divisões. Os partidos da oposição eram mais cautelosos, sendo que a própria Grã-Bretanha não queria que Portugal adotasse uma postura intervencionista. Mais uma vez, o GOLU estava ao lado de Afonso Costa, difundindo propaganda patriótica.

Em suma, o papel da maçonaria na República Velha apresenta várias peculiaridades. Esta não detinha qualquer controlo sobre a governação exercida pelos numerosos governos e ministérios da República, embora metade dos ministros dos seus governos pertencessem à ordem. Tal acontecia devido ao facto dos interesses pessoais e partidários estarem acima dos da ordem.

Já a influência exercida sobre a sociedade civil, era bastante elevada, uma vez que, a maçonaria esteve presente na Associação Promotora do Registo Civil, na Associação Liberal, na Junta Liberal e até mesmo na Associação Comercial de Lojistas de Lisboa. E na imprensa, através de jornais com editores maçons, de destaque para O Mundo. Ainda, as inúmeras conferências realizadas no país, que se tornou um meio de debate de ideias e de propaganda.

A maçonaria moldou até á forma como Portugal e a República eram vistos internacionalmente, através das viagens de maçons como Magalhães Lima, José Relvas e Alves da Veiga, especialmente do Grão-Mestre, que estabeleceu contactos usando os seus conhecimentos na ordem e na imprensa afim de valorizar a República.

Por vezes, estudar este tópico oferece alguns impedimentos, não pelo secretismo da instituição até porque toda a documentação está disponível para consulta no Arquivo e na biblioteca do GOLU, mas sim pelas falhas documentais existentes pois, muito foi destruído no período do Sidonismo.

Por fim, seria interessante explorar outros temas relacionados ao modo como a maçonaria acabou por moldar a nossa história. Muito possivelmente sem esta, as ideias republicanas poderiam ter florescido em direção a uma via mais socialista, e não tanto liberal, ou a legislação anticlerical não seria tão penosa para com a Igreja. Ou responder a questões ainda por explorar sobre a rica história da maçonaria, por exemplo, porque não conseguiu esta desenvolver mais escolas em Portugal? Ou estudar mais a fundo os impedimentos de não se ter implantado em todos os concelhos do país?

Fontes primárias

Águas. J. (1915, Junho) "A propósito do dia de Camões. Conferência realizada na Loja Acácia." Boletim Oficial. Grande Oriente Lusitano.

Águas. J. (1916, 14 de Maio). "Peça de arquitetura proferida pelo orador da Loja Capitular Acácia na sessão Branca de 14 de Maio de 1916. Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

A Lei da Separação.(1912, 9 de Junho). *O Algarvio.*

A Grande Romagem liberal de ontem. Tumultos no Parlamento. (1909, 3 de Agosto). *O Século.*

A marcha da conflagração. (1914, 24 de Agosto). *O Mundo.*

A separação da Igreja é acolhida com maior entusiasmo.(1911, 22 de Abril). *O Mundo.*
Barbosa, J. (1915, 17 de Outubro). " A ida para a Guerra". O Mundo.

Bases do Estatuto da instituição O Vintém das Escolas. (1900, 25 de Março). Fundação Mário Soares / DCD - Documentos Carvalho Duarte/Simões Raposo, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_146746 (2025-7-6)

Boniface. X. (2010). "L'affaire des fiches dans le Nord". Association Revue du Nord. DOI:https://www.cairn.info/revue-du-nord-2010-1-page-169.htm

Brito de Camacho, M. (1914, 20 de Fevereiro). O seu discurso sobre a amnistia para os delitos políticos. *A Lucta.*

Castro, J. (1914). Mensagem do Grão Mestre Adjunto, José de Castro, à Grande Loja da Maçonaria Portuguesa. 21 Março. Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Carrilho, M. (1914). Proposta apresentada à Grande Loja pelo Venerável Irmão José Marcelino Carrilho e que foi mandada publicar para conhecimento das Oficinas da Federação. Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Circular nº25. (1912, 19 de Novembro) Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Comediantes (1914, 21 de Fevereiro) *O Mundo*.

Decreto 148º. (1911). Boletim Oficial Junho-Agosto. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Decreto 163º. (1911). Boletim Oficial Junho-Agosto. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Discurso proferido, pela Irmã Venerável, na instalação da Loja Carolina Ângelo. (1915, 4 de Fevereiro). Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Divórcio. (1910, 4 de Novembro). *O Mundo.*

Dr. Magalhães Lima. A Maçonaria prestou ontem homenagem ao seu ilustre Grão-Mestre. (1914, 14 de Maio). *O Mundo.*

Grande Chancelaria Geral da Ordem. (1911, 26 de Abril). Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Instituto Nacional de Estatística. (1911). Censos da população 1911. DOI: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1911

Junta Nacional de Propaganda Patriotica. (1916, Maio). "A Guerra". Imprensa Nacional. Lisboa. DOI:https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/83767

Libertação da consciência portuguesa- A Religião deixa de ser uma imposição- Separação do Estado das Igrejas (1911, 21 de Abril). *O Mundo.*

Lima, S. (1907). "Mensagem ao Povo Maçonico" Typographia Favorita. Lisboa.

Lima, S. (1910). Boletin Oficial. Á Grande Dieta. Mensagem do Grão Mestre. Março 1910. Arquivo Grémio Lusitano.

Lima, S. (1911, Outubro). "Mensagem do Grão Mestre a Grande Dieta da Maçonaria Portuguesa". Boletim Oficial. Arquivo Grémio Lusitano.

Lima, S (1912, 22 de Março). Boletim Oficial. Arquivo Grémio Lusitano.

Lima, S. (1915, 20 de Março). "Mensagem do Grão-Mestre à Grande Dieta". Boletim Oficial. Arquivo Grémio Lusitano.

Lima, S. (1916, 21 de Março)."Mensagem do Grão Mestre à Grande Dieta". Boletim Oficial. Arquivo Grémio Lusitano.

Lima, S. (1927). "Episódios da Minha Vida" Volume I. Prespectivas & Realidades. Lisboa.

Lopes de Oliveira (1914, 19 de Fevereiro). A Amnistia e a República. *O Mundo*.

Manifesto. (1915, Março)." A Igreja Espanhola é uma ilegalidade e um insulto ao país". Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Melo, J. (1914, 12 de Outubro)." Trabalhos da Ordem Sessão de 12 de Outubro de 1914." Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Melo, J. (1915, 30 de Maio). "Conselho da ordem a todas as oficinas da federação".Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Melo, J & Pina. J (1914, 21 de Outubro)."Circular nº15 Conselho da Ordem a Todas as Oficinas da Federação. Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Miranda, J. (2013). "Sobre a Lei de Separação do Estado e da Igreja de 1911. Direito E Justiça, pp. 399-420. https://doi.org/10.34632/direitoejustica.2013.9887

Moção. Aprovada por aclamação na Grande Loja em sessão de 31 de Março de 1914 e enviada às Oficinas com a circular anterior. (1914, 31 de Março). Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

O decreto da amnistia (de 20 de Abril de 1915). (1915, 14 de Maio). *A Luta.*

O Decreto Monstro. (1915, 25 de Fevereiro). *O Mundo*.

O Desastre de Ontem. (1915, 4 de Julho). *O Mundo*

O Conselho da ordem a todas as oficinas da Obediência. (1916, 22 de Setembro). Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Os Jesuítas desmascarados como criminosos indignos de tolerância. (1910, 8 de Outubro) *O Mundo.*

Pina, J. (1915,9 de Abril) "Discurso pronunciado na Festa de inauguração do templo Maçónico Gomes Freire. Na cidade do porto, pelo Poderoso Irmão José da Costa Pina, membro do Constituinte da Ordem." Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Portugal na Guerra. (1915, 22 de Dezembro). *O Mundo*.

Portugal na guerra europeia. (1914, 14 de Outubro). *O Mundo.*

Portugal. (1910). Decreto de 4 de Novembro de 1910: Lei do Divórcio. Diário do Governo nº26/1910. https://files.diariodarepublica.pt/1s/1910/11/02600/02820284.pdf

Portugal. (1910). Decreto de 27 de Dezembro de 1910: Lei do Casamento. Diário do Governo nº70/1910. https://files.dre.pt/1s/1910/12/07000/09370938.pdf

Portugal. (1911). Decreto de 20 de Fevereiro de 1911: Lei do Registo Civil. Diário do Governo nº41/1911. https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1911/02/04100.pdf

Portugal. (1911). Decreto de 21 de Abril de 1911: Lei da Separação do Estado das igrejas. Diário do Governo nº92/1911. https://files.diariodarepublica.pt/1s/1911/04/09200/16191624.pdf

Presidente do Conselho da Ordem. (1914, 6 de Abril). Lembra as Oficinas a necessidade que há de não ser alterada na sua essência a lei da separação do Estado das Igrejas em discussão ao Parlamento. Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Portugal na Guerra. (1915, 22 de Dezembro). *O Mundo.*

Relatório do Conselho da Ordem. (1914, Março). Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Relvas, J. (1977). "Memórias Políticas". Volume I. Terra Livre. Lisboa.

Ribeiro Junior. (1912, 16 de setembro). "Extracto da acta da sessão de 16 de Setembro de 1912". Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Separação da Egreja e do Estado. "O pais recebe com regosijo a sua promulgação". (1914, 22 de Abril). *A Luta*.

Serrano, D. (1914, 18 de Janeiro). O casamento. *A Verdade.*

Sessão de 2 de Novembro de 1914. Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Sessão no mês de Julho. (1915, Julho). Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Silva, A. M (1916, 25 de Novembro) "Mensagem do Grão Mestre Adjunto à Grande Dieta". Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Simões, J. (1916, 23 de Setembro). "O conselho da ordem a todas as Oficinas da Obediência". Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente

Lusitano.

Simões, J. (1917, Novembro) "O Conselho da Ordem a todas as oficinas da Obediência." Boletim Oficial. Arquivo Grande Oriente Lusitano.

Um ato de ódio. (1915, 21 de Abril). *O Mundo.*

Estudos

Bandini, G. (2010). "La Franc-maçonnerie et le droit à l'instruction: de l'Unité italienne jusqu'au début du XXème siècle". Paedagogica Historica Vol.46.161-177.DOI:https://doi.org/10.1080/00309230903528579

Barros, J. (2021). "O Jornalismo Político Republicano Radical – O Mundo, 1900 -1907" Instituto Politécnico de Lisboa.

Bauer, A. (2004). "Relations Internationales et Franc-Maçonnerie". Armand Colin / Dunod. DOI: Relations internationales et franc-maçonnerie | Cairn.info.

Borges Grainha, M .(1913). "História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)" Lisboa.

Brigas, M. (2024). In Nunes, D.(Ed), "O casamento na legislação de 1910 em Portugal: A mudança de paradigma nas relações familiares" . Vol 2. Habitus Editora. Florianopolis.

Caldeira, A. (2009). In Raposo Júnior. J (Ed.), "A Maçonaria e a Implantação da República". Fundação Mário Soares.

Castaño, D. (2014). "A Grande Guerra e as relações internacionais de Portugal. Da Monarquia à República".FCSH: IPRI - Artigos em revista nacional com arbitragem científica. DOI:http://hdl.handle.net/10362/25024

Catroga. F. (1988). "O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)". Análise Social, vol. XXIV.

Catroga. F. (1991). "O Republicanismo em Portugal da formação ao 5 de outubro de 1910." Faculdade de Letras. Coimbra.

Catroga, F. (2001) "O Livre-Pensamento Contra a Igreja". In Revista de História das Ideias, vol. 22. Pp. 255-354.

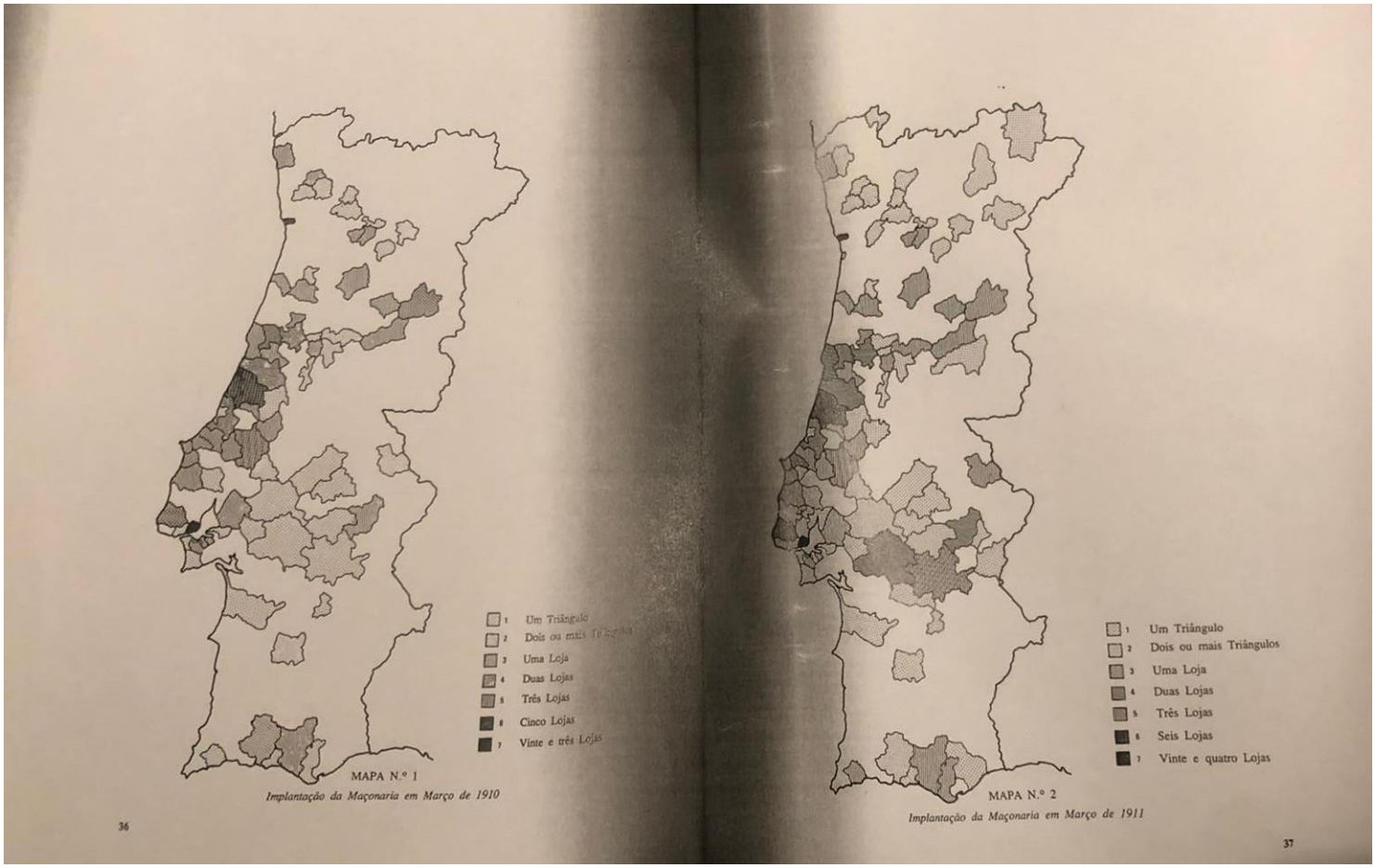
Dias, João. (1984). In Oliveira Marques. A.H. (Ed.). "A República e a Maçonaria. O Recrutamento Maçónico na Eclosão da República Portugues". Nova História. República Portuguesa. Nº2.

Lopes, A. (2009). In Raposo Júnior. J (Ed.). "A Maçonaria e a Implantação da República". Fundação Mário Soares.

Marques da Costa, F. (2023). "Positivismo e Maçonaria: O Grão-Mestrado de Magalhães

Lima (1908-1928)" Revista de Maçonaria Nº6. Europress- Indústria Gráfica. Lisboa.
Morais, J. (2005). "Com permissão de Sua Majestade". Via Occidentallis Editora.
Oliveira, P. (2018). "Portugal na paz de Versalhes". In A. P. Lousada, & J. S. Rocha (Eds.), Portugal na 1ª Guerra Mundial.: Uma História Militar Concisa (pp. 769-789). Comissão Portuguesa de História Militar.
Oliveira Marques, A. H. (1977). "História de Portugal, Volume II - Das revoluções Liberais aos nossos dias". Palas Editores. 4ª Edição. Lisboa.
Oliveira Marques, A. H. (1988). "Ensaios de Maçonaria". Quetzal Editores. Lisboa.
Pinto dos Santos, M. (2012)"Dicionário da Antiga e Moderna Maçonaria". Esquadro e Compasso.
Pulido Valente, V. (2010). "A República Velha". Alêtheia Editores. Lisboa.
Ramos, R. (1994). In Mattoso. J. (Ed.). "História de Portugal". Sexto Volume: A segunda Fundação (1890-1926). Circulo de Leitores. Lda. Autores.
Rêgo, R. (1986). "História da Republica". Volume I. Círculo de Leitores. Lisboa.
Samara, M, A. (2001). "A Política Externa e a Política de Defesa: do 5 de Outubro ao Sidonismo In: Diplomacia & Guerra: Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo". Évora. Cidehus. DOI: https://doi.org/10.4000/books.cidehus.3543.
Samara, M. A. (2012). "Bernardino Machado: uma vida de luta". Assembleia da República- Divisão de Edições. Lisboa.
Serrão, J., & Oliveira Marquês A.H. dir.(1991). "Nova História de Portugal." Volume IX: Portugal e a instauração do Liberalismo. Editorial Presença, Lisboa.
Serrão, J,. & Oliveira Marquês A.H. dir. (1991). "Nova História de Portugal." Volume XI: Portugal- Da Monarquia para a República. Editorial Presença, Lisboa.
Sousa. F. (Ed.).(2005). " Dicionário de Relações Internacionais". Edições Afrontamento/ CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
Ventura, A. (1994). Em Medina. J.(Ed.). "História de Portugal". Volume IX "A Monarquia Constitucional". Clube internacional do Livro. Amadora.
Ventura, A. (2011). "Magalhães Lima: um idealista impenitente" Assembleia da República- Divisão de Edições. Lisboa.
Ventura, A. (2020). "Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)" Temas e Debates-circulo de Leitores. Lisboa.

Anexo 1[2]



[2] (Dias, 1984, pp.218-219)